

# OS ESCRÚPULOS DE UM ILUSTRE SANTIAGUENSE NOS 'TRACTOS' DA GUINÉ DOS SÉCULOS XVI-XVII: O CAPITÃO ANDRÉ ÁLVARES D'ALMADA E A QUESTÃO DA INCERTEZA SOBRE A PRESENÇA DOS TÍTULOS JURÍDICOS DA ESCRAVATURA

*José Pina Delgado\**

## **Introdução**

A instituição da escravatura, hoje juridicamente vetusta na maior parte do Globo, teve presença permanente entre os povos desde a Antiguidade até aos nossos dias<sup>1</sup>. O Direito não só lhe deu guarida, como garantiu o amparo regulatório necessário para a sua execução. Cabo Verde foi uma sociedade escravocrata durante quatro longos séculos<sup>2</sup> e participe privilegiado do triste comércio intercontinental de seres humanos. Disso viveram inúmeros moradores das Ilhas e todos os cabo-verdianos – que, de uma forma ou de outra, descendem de personalidades activa e/ou passivamente ligadas ao tráfico de escravos –, bem como autoridades régias e religiosas ou ainda transeuntes europeus que a ela recorriam com propósitos de participar nos proventos gerados pela exploração da “mão-de-obra servil”.

Sem embargo da dependência local do elemento escravo, dúvidas foram surgindo ao longo dos tempos sobre a legitimidade e limites do

---

\* **Professor Assistente Graduado do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais**

<sup>1</sup> Vide Jean Allain, “The Definition of Slavery in International Law”, *Howard Law Review*, v. 52, n. 2, 2009, pp. 239-275; Id., “On the Curious Disappearance of Servitude of General International Law”, *Journal of the History of International Law*, v. 11, n. 2, 2009, pp. 303-332.

<sup>2</sup> Veja-se o já clássico António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, 3. ed., Praia, Instituto da Promoção Cultural, 2000.

‘tracto’ de seres humanos<sup>3</sup>. Ainda num período pré-abolicionista, um dos principais debates que surgiu resultou da necessidade de se saber se, perante evidências de que muitos africanos eram mal cativados em função da manipulação dos títulos jurídicos da escravatura pelos seus proprietários originários (africanos) e da impossibilidade material de se averiguar individualmente a existência dessas condições de privação da liberdade, seria legítimo manter o sistema. Que pensadores distantes da realidade local do tráfico como os privatistas hispânicos<sup>4</sup> Tomás de Mercado (1525-1575)<sup>5</sup> e Bartolomé de Albornoz (Séc XVI)<sup>6</sup>, o activista Bartolomé de las Casas (1484-1566)<sup>7</sup> e muitos

<sup>3</sup> Várias obras importantes sumarizam e discutem os debates sobre a escravatura no espaço ibérico, designadamente David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, New York/Oxford, Oxford University Press, 1966, pp. 165-196; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995, partes II e III; Nuno da Silva Gonçalves, *Os jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996, pp. 91-106; José Andrés-Gallego & Jesús María García-Añoveros, *La Iglesia y la esclavitud de los negros*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 2002.

<sup>4</sup> A questão é tratada também por Jörg Alejandro Tellkamp, “Esclavitud y ética comercial en el siglo XVI”, *Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, v. 21, 2004, pp. 135-148, bem como no clássico de David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, pp. 187-190. Liliana Obregón, “Spanish Colonial Critiques of African Enslavement”, *Beyond Law*, v. 8, n.º 24, 2011, pp. 41-66.

<sup>5</sup> Tomás de Mercado, *Suma de Tratos y Contratos* [1571], Nicolás Sánchez-Albornoz (ed.), Madrid, Institutos de Estudios Fiscales/Ministerio de Hacienda, 1977, L. II, cap. XXI (“Los portugueses que tratan en Cabo Verde y traen negros de Santo Tomé de Biafara, Zape y Iolofe y los mismos etíopes que los venden, están infamados, como todos sabemos, que muchas veces los han mal y por mal cabo. A cuya causa es menester los de acá, si no quieren comunicar en el pecado, se sobresean y aparten del trato y venta. (...). Así, diciéndose en público, como se dice, que gran parte de los negros que sacan vienen cautivos contra justicia, no se pueden mercar ni entremeter nadie en semejante negociación, so pena de pecado y restitución. Y aun se podría decir con verdad que en alguna manera peca más el que de su tierra los saca que el que dentro de ella injustamente los cautiva, porque aquél los imposibilita a cobrar su libertad desterrándolos y transportándolos de ella do no hay quien vuelva por ellos o los rescate, que en su tierra, aunque estuviesen injustamente cautivos, en fin tendrían esperanza de mejor remedio de libertarse”) (p. 235).

<sup>6</sup> Cf. Bartolomé de Albornoz, *Arte de los Contractos*, Valência, Pedro de Huete, 1573, liv. III, tit. IV, ff. 130-131.

<sup>7</sup> Na verdade, Bartolomé de las Casas, *Brevissima Relación de la Destrucción de África. Prelúdio de la destrucción de Indias* [1527-1561], Isacio Perez Fernandes (estúdio preliminar, edição e notas), Salamanca, Editorial San Esteban, 1989, pp. 193-272, o célebre apóstolo dos índios e, para alguns, algoz dos negros, pronunciou-se principalmente sobre os apresamentos originários dos portugueses em África, portanto aqueles promovidos directamente sem a acção das autoridades locais ou outros intermediários (“Es de notar otra mayor ceguedad de Portugal que las pasadas ya aun escarnio de la fe de Jesucristo; y esta parece, lo uno, porque mandaban os infantes a los que solían enviar a saltear y robar los que vivían en sus casas pacíficos y seguros, <como idóneos apóstoles>, que trabajasen de traer a la fe los infieles o moros, que nunca habían oído della, o si tenían della noticia, antes desto, que habían fácilmente de dejar la suya y la nuestra recibir; lo segundo, que les mandaba traerlos a la fe, como si fuera vendelles tal y tal mercadería y no hubiera mas que hacer; lo tercero, que habiéndoles hechos las obras susodichas, tan inícuas, tan de sí

outros da mesma nacionalidade como Luís de Molina (1535-1600)<sup>8</sup> se tenham pronunciado sobre isso, que autoridades religiosas locais como o Padre Inaciano Baltasar Barreira (1531-1612)<sup>9</sup>, os Bispos de Cabo Verde D. Pero Leitão<sup>10</sup> e Vitoriano Portuense<sup>11</sup> e os pregadores capuchinhos da Guiné<sup>12</sup>, ou ainda o escrito sobre a *escravaria nas*

malas y tan horribles, no considerasen los infantes cuáles voluntades, para recibir los sus predicadores, que tan buenos ejemplos de cristantad les habían dado, podían tener” (Ibid., cap. IX, para. 2), sem descurar, no entanto comentários sobre aqueles que resultavam de resgates (“Como vem los negros que los portugueses tanta ansia tienen por esclavos, por cudicia de lo que por ellos les dan, como también carezcan de fe y temor de Dios, cuantos pueden roban y captiván, como quiera que sea, y sus mesmos debdos no perdonan, y así no es otra cosa sino aprobarles sus tirarías y maldades y guerras injustas, que por esto a otros hacen” (Ibid., cap. XI, para. 5).

<sup>8</sup> Ludovicus [Luís] de Molina, *De Iustitia et de Iure, Tomus Primus* [1593], Moguntiae, Nicolas Heyll, 1659, Tomus Primus, Tractatus secundus, Disputatio 34, quaestios 1-6, no qual faz uma avaliação pormenorizada da prática do comércio de escravos dos Portugueses desde a Costa da Guiné ao Oriente Africano, e conclui pela inexistência e até incompatibilidade intrínseca das práticas de redução à “servidão” entre os povos continentais e os critérios de legitimação da escravatura, bem como pela ausência de utilização de mecanismos de supervisão pelas autoridades portuguesa, “contractadores” e demais operadores do sistema.

<sup>9</sup> “(...) huã hé que os armadores, por fazer pressa suas armações, aceitam todos os negros que lhe trassem, tendo por bastante prova de seu legitimo cativo a venda delles e dandose com ella por desobrigados de fazer outros exames. Outra hé que os Reys e Senhores destas partes, por auer e comprar as cousas que os armadores trazem de Europa, hé muito ordinário catiuar negros que nacerão e foram sempre forros, sem reparar no titulo com que os catiuaem, se hé justo ou injusto” (‘Dos escravos que saem de Cabo Verde [1 de Agosto de 1606]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. IV, doc. 52, pp. 190-199).

<sup>10</sup> ‘Carta do Bispo de Cabo Verde a El-Rei [Século XVI]’ in: *Monumenta Missionaria Africana* (MMA) 2ª Série, v. III, doc.110, pp. 442-445 (“(...) Huns são furtados por força ou engano, outros condenados sem culpa a cativo, como são molheres, filhos e parentes pelas culpas dos paes, outros tomados em guerras iniustas, porque não tratão de *iure*, senão de quem mais pode. Outros uendidos por seus paes, sem neçessidade bastante; outros cõ hum artefício fraudulento de homem morto que descobre a caza do matador, quando querem catiuar algum com toda a família, e outros por outros modos iniustos” (p. 442)).

<sup>11</sup> ‘Carta do bispo de Cabo Verde, D. Frei Vitoriano Portuense, de 13 de Julho de 1700, ao rei D. Pedro II, apresentando algumas queixas’, transcrição em Daniel Pereira, *Estudos de História de Cabo Verde*, 2. ed. revista e actualizada, Praia, Alfa-Comunicações, 2005, pp. 230-234: “(...) sendo este contrato dos escravos tão escrupuloso, como trazem os Doutores que falam nele, e conhecendo eu por experiência a injustiça manifesta das guerras dos Gentios da Guiné, se o refúgio que há neste particular (ainda que não seguro) é o dizerem que são tirados estes gentios para a luz da Igreja, como se não dará Deus nosso Senhor por ofendido, se só tratarmos de os andar transportando, atendendo unicamente ao aumento da riqueza temporal e não a espiritual das almas!” (Ibid., p.232)).

<sup>12</sup> ‘Informe y relacion que Fr. Francisco de la Mota, Viceprefecto de la mision de religiosos capuchinhos de las costas de Guinea y sus compañeros hacen a Su Magestad que Dios guarde el Rey de Portugal del modo com que los negros de dichas costas y rios se compran y son reducidos al cativo [14 de Abril de 1686]’ in: *As viagens do Bispo d. Frei Vitorino Portuense e a cristianização dos reis de Bissau*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, F, pp. 119-133 (“(...) hallamos, por dichos informes y por largas experiencias, que el dicho contracto y compras de negros es illicito, pecaminoso e injusto, segun en todas las dichas partes se exercita. Porque los mas, y aun caso todos, son injusta y tiranicamente reducidos a cativo (...)” (p. 121).

*terras da conquista*<sup>13</sup> e o académico jesuíta Padre Fernando Rebelo<sup>14</sup>, discípulo de Molina, tivessem mostrado, em graus diferentes, reservas a esse comércio, é de se louvar, mas não deixa de ser natural e expectável. Mais surpreendente é que as mesmas dúvidas epistemológicas tenham merecido a atenção de um capitão envolvido nos ‘tractos da Guiné’ e ilustre membro da elite comercial e administrativa local, André Álvares d’Almada. Em face do seu profundo conhecimento das sociedades costeiras africanas, inteirou-se dos procedimentos utilizados para a captura de escravos, manifestou dúvidas sobre a legitimidade de muitas dessas acções e tentou resolver o problema da licitude da escravatura num quadro de cepticismo sobre a presença dos títulos jurídicos de legitimação.

É precisamente sobre isto que pretendemos reflectir, resgatando o papel importante que um dos mais ilustres santiagoenses da His-

<sup>13</sup> “E posta [*sic*] que com pretexto de alguns destes quatro títulos, se execução grandes injustiças nas comprar e Vendas dos Escrauos desta nossa conquista, como logo se dirá, também consta decerto que mor parte da Escrauaria desta Conquista se toma por outros títulos, dos quais huns são notoriamente injustos, e outros com grande probabilidade se presume que o são. Porque em toda a Costa de Guiné, e Cabo Verde os que chamã Tangosmaos, e outros medianeiros desta mercância, como quer que são homens de largas consciencias, não pretendendo por qualquer via que seja, senão os seus interesses, e fazem commumente pellos rios a dentro, e no Sertão em lugares remotos da frequência dos Portuguezes, e dos officiais de *Sua magestade*, e Prelados d aquellas partes, ajuntão quantas peças pode/n ora com enganar, ora com violências, tomando os em silladas ajudados d outra gente da terra que participa dos mesmos ganhos e algua uezes os mesmos naturais quando chegão os nossos navios andão huns dos outros, como se fossem veados para no los uenderem. Outras uezes os nossos, Lanção mão de *muitos*// que são liures em lugar dos escravos *que* lhes fogem, somente por *serem* irmãos ou parentes dos fugidos. E chega essa soltura a tomarem própria authoritate, filhos e parentes dos que lhes *deuem* alguma cousa. Também os mesmos negros fingem *que* os *que* trazem a uender são tomados, em guerra justa ou dizem *que* os querem cortar no açougue. E come los se lhos não comprarem. De modo que de cada mil Escrauos que por esta uia se grangeão escaçamente a decima *parte* serão justamente catiuos, como he couza notoria; e affirmada por todo homem temente a *Deos* que naquellas partes rezide, ou rezidio. Nem os mesmos mercadores negão ajuntarem se estes escrauos pellos modos já ditos, mas disculpão se *dizendo* que os trazem *para* os fazer Christãos, e onde andem uestidos, e tinham melhor de comer, não aduirtindo *que* nada disso basta *para* justificar tão grandes roubos, e tiranias, porque como diz *São Paulo* justamente são condenados diante de *Deos* os que fazem mal, para *que* suceda algum bem. Quanto mais em materia tão graue, como he liberdade do homem” (pp. 849-850) (v. transcrição em Maria do Rosário Pimentel: ‘Proposta a Sua Magestade; sobre a Escrauaria das terras de Conquista de Portugal [Século XVI/Século XVII?]: in: *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 849-854).

<sup>14</sup> Veja-se Fernando Rebelo, *Opus de obligationibus iustitiae, religionis et caritatis*, Lugduni, Horati Cardon, 1608, quaestio X (“Sitne licita apud nos in Lusitania Aethiopum emptio, ac possessio?”), que assim conclui: “quam nostri collectores, vulgo Tangomaos, & Pombeiros, Aethiopium infidelium mancipia coemunt, promiscue, & fine descrimine in utraque Guinea, Angola, & Caferia, illicitam esse, & condemnandam letallis peccati contra caritatis, & iustitiae”.

tória teve<sup>15</sup>, e que, em certo sentido, embora sem relação e intenção aparente, vai marcar presença nas discussões teóricas e práticas sobre a legitimidade da escravatura em África e no espaço de destino da maior parte dos cativos, as Américas. Partindo da apresentação de aspectos contextualizadores gerais (I) e específicos (II) da regulação jurídica da escravatura na parte ocidental de África, tentaremos identificar e discutir a perspectiva almadiana sobre o problema da manutenção de um sistema escravista num cenário de dúvidas epistemológicas sobre a presença concreta dos títulos jurídicos de cativação (III).

Não cairei na tentação criticada por muitos<sup>16</sup> de tentar apresentar as passagens em que Almada retrata certos problemas relacionados aos títulos jurídicos da escravatura como centrais ao seu pensamento ou como um antecedente consistente do abolicionismo dos Séculos XVIII e XIX. Muito pelo contrário, a mundividência do nosso autor não é esta e nem podia ser. A escravatura era um facto natural nas relações inter-religiosas do período; era, ademais, a razão de existir da periclitante colónia de Cabo Verde submetida, para os seus moradores, a desafios quase existenciais. O que Almada faz é simplesmente levantar uma questão e tentar respondê-la.

Trata-se de uma singela contribuição preliminar que só se justifica pela necessidade de participar com um texto nas comemorações do V Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, do simbolismo de o fazer através de um artigo referente à disciplina de História das Instituições Jurídicas e Políticas, a primeira por mim leccionada nesse espaço de ensino e de investigação, e da vontade de o fazer recuperando um aspecto e um personagem marcantes da vida

<sup>15</sup> Há relativamente pouco tempo Iva Cabral, “António de Barros Bezerra de Oliveira, o ‘Régulo da Ilha’ de Santiago (Estudo Prosopográfico de uma Família Oligárquica)” in: José Luís Hopffer Almada (coord.), *O Ano Mágico de 2006. Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdianas*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008, p. 171, dizia com razão que “já chegou a hora de avivar a História da nação cabo-verdiana com figuras humanas”.

<sup>16</sup> Vide Quentin Skinner, “Meaning and Understanding in the History of Ideas” in: *Visions of Politics: Regarding Method*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2002, pp. 57-89.

jurídica do Arquipélago de Cabo Verde e da Ilha de Santiago. Por tais motivos, a ousadia, as omissões e erros poderão ser-me perdoados pelo leitor.

## **I. O contexto jurídico geral do tráfico de escravos promovido pelos portugueses na África Ocidental**

O relato dos principais acontecimentos que precederam a chegada dos portugueses às regiões ocidentais do continente africano é suficientemente conhecido. Apresentado por cronistas da época<sup>17</sup>, muitos dos quais foram testemunhas oculares dos factos<sup>18</sup>, e por historiadores posteriores das ‘descobertas’<sup>19</sup>, a expansão lusitana acabou por fazer deslocar o espaço natural de intervenção da potência marítima ibérica do Norte de África<sup>20</sup>, marcado por dificuldades crescentes, para novas e inexploradas paragens<sup>21</sup>. Sob a liderança do Infante D.

<sup>17</sup> Vide, por exemplo, Gomes Eanes de Azurara, *Crónica dos Feitos da Guiné* [1453], Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, v. II (texto), *passim*; João de Barros, *Da Ásia de Ioão de Barros: Dos Feitos que os Portuguezes Fezerão nos Descobrimento & Conquista dos Mares & Terras do Oriente* [1552], Primeira Década, Lisboa, Iorge Rodriguez, 1628.

<sup>18</sup> Foram o casos de Diogo Gomes de Sintra, *De prima inuentione Guinee*, ed. crítica e tradução de Aires Nascimento, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 49-173, que esteve presente em algumas das “expedições à Guiné”, e a quem alguns atribuem a descoberta das Ilhas de Cabo Verde (v. discussão em Henrique Pinto Renna, “Estudo Preliminar” in: *Ibid.*, pp. 7-48), de Luís de Cadamosto (v. “Viagens de Cadamosto e Pedro de Sintra [1455-1456]” in: *MMA*, 2ª Série, v. I, doc. 45, pp. 287-373 ou de Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldum de Situ Orbis* [505?-1506?]; in: *id.*, *passim*).

<sup>19</sup> Sem pretensões de exaustão, cf. Felipe Fernández-Armesto, *Before Columbus. Exploration and Colonization from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1987, pp. 203-222; A. H. de Oliveira Marques, “A Expansão no Atlântico” e Paulo Drummond de Braga, “A Expansão no Norte de África” in: Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História da Expansão Portuguesa (A Expansão Quatrocentista)*, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, v. II, pp. 237-357; Carlos Riley, “A Apropriação do Espaço: Ilhas Atlânticas e Costa Africana” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaiduri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., Temas e Debates, 1998, v. I, pp. 137-162; Joaquim Romero Magalhães, “As incursões no espaço africano” in: *Id.*, *História da Expansão Portuguesa: do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, s.l., Temas e Debates, 1998, v. II, pp. 65-81; Luís de Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001.

<sup>20</sup> Por todos, vide Vitorino Magalhães Godinho, *A expansão quatrocentista portuguesa*, 2. ed., Lisboa, Don Quixote, 2008.

<sup>21</sup> A ligação entre os dois fenómenos tem sido destacada por diversos intérpretes. Veja-se, por exemplo, Carlos Riley, “A Apropriação do Espaço: Ilhas Atlânticas e Costa Africana”, pp. 152-153 (“Entre o segundo e o terceiro quartel do século xv, quando Portugal dá passos decisivos no reconhecimento da costa africana abaixo do paralelo das Canárias, o objectivo que persegue será sempre de atenuar, política e economicamente, a implantação árabe no complexo egípcio-magrebino – dito de outro modo, a progressão ao longo do Atlântico Sul constitui um vector importante acessório dessa estratégia e não um fim em si mesmo”).

Henrique, ainda no Século XV, Portugal chega às ilhas que compõem a Macaronésia (Açores e Madeira<sup>22</sup>, Canárias<sup>23</sup> e Cabo Verde<sup>24</sup>) e às faixas territoriais abaixo de Benamarím (Marrocos), designadamente ao Rio de Ouro, à região da Mauritânia e Senegâmbia, e dali por toda a costa ocidental africana, até ao Centro Sul.

A entrada nesses territórios implicou imediatamente no estabelecimento de contactos com as populações autóctones que os habitavam. Como os objectivos lusitanos em África decorriam, pelo menos em parte, de motivações económicas e políticas, não se estranha que tenham tentado imediatamente explorar o acesso a um dos bens que podiam se apropriar com grande facilidade, “servos” humanos. Tais empreendimentos se apresentavam com grande naturalidade à luz da experiência recente dos portugueses com os Mouros do Norte de África e desde as suas origens com os Mouros e Judeus Ibéricos, alguns dos quais tinham sido reduzidos à escravatura no quadro das guerras de reconquista<sup>25</sup>.

A base jurídica geral desses actos não se desprendia totalmente do contexto medieval cruzadístico<sup>26</sup> que animou a primeira parte da expansão e da legitimação da ocupação dos novos espaços ultramarinos<sup>27</sup>. Afinal, era por obra e graça do Sumo Pontífice que os Reinos

<sup>22</sup> O caso da Madeira e dos Açores é objecto de impressões similares no Século XV. Vide *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, António Baião (leitura e revisão das provas), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, p. 115 (f. 174 v.) (“E em 270 legoas de Lixboa acharõ huma ylha que agora se chama Sancta Maria despuorada cõ muitos açores”).

<sup>23</sup> Cf. Isabel Morgado e Silva, “Perspectivas globais das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa: uma questão adiada até Alcaçovas-Toledo (1479-1480)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Série III, v. 7, 2006, pp. 93-106.

<sup>24</sup> Ver *infra* cap. II.

<sup>25</sup> A experiência concreta de Portugal com a escravatura é relatada e discutida por Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna, passim*, e João Pedro Marques, *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2004.

<sup>26</sup> Veja-se, entre vários outros, Ricardo da Costa, “A mentalidade da cruzada em Portugal (Séculos XVII-XVIII)”, *Anos 90*, n. 16, 2001-2002, pp. 143-178, e, antes, Carl Erdmann, *A ideia da cruzada em Portugal*, A. Pinto de Carvalho (versão portuguesa), Coimbra, Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.

<sup>27</sup> Alguns historiadores das descobertas portuguesas fazem a ligação directa entre o surgimento de Portugal, as cruzadas contra os mouros peninsulares e a expansão ultramarina (cf. Manuel Múrias, *História Breve da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940 (MCMXL), p. 9: “Saradas as feridas, logo naturalmente se retomou o velho e inextinguível espírito de Cruzada, em que Portugal se criara, para buscar novos âmbitos aos seus esforços e às suas aspirações”, e o influente Carl Erdmann, *A ideia da cruzada em*

de Portugal e Castela tinham um direito de apropriação territorial de determinadas áreas do globo<sup>28</sup>. Da legitimidade da ocupação resultava implicitamente a licitude da guerra que se fizesse àqueles que resistissem e desta, por aplicação do direito das gentes do período, um título de escravização: o cativo de uma guerra justa podia legitimamente perder a sua liberdade.

Este quadro vai, ademais, sofrer influência religiosa, pois a doação papal de terras não era incondicional. Exigia, por um lado, que as potências cristãs se empenhassem na promoção da fé nos novos territórios habitados por gentios, e, por outro, que se continuasse a dar combate aos infiéis maometanos, com os quais se considerava haver guerra permanente<sup>29</sup>. Serão precisamente estes aspectos que estarão embrenhados nos primeiros contactos entre os portugueses e os habitantes da nossa região, levando à captura e redução à escravatura de homens e mulheres das zonas costeiras onde iam parando nas suas viagens de exploração. Nestas ocasiões nem sempre os captores se dão ao trabalho de justificar os *afilhamentos* feitos, mas, em todo o caso, isso não seria difícil, uma vez que se tinha os cativos por mouros, logo abrangidos pelo contexto de hostilidade perpétua com os cristãos<sup>30</sup>.

No entanto, o sistema de captura directa iria revelar-se ineficaz. Primeiro, porque o acesso directo exigia uma carga desproporcional de es-

---

*Portugal*, p. 57, de acordo com o qual “existem outros laços de ligação entre a experiência portuguesa dos descobrimentos e as antigas guerras mouriscas, em especial a indulgência das cruzadas, a bula da cruzada, concedida para a expedição de Ceuta e para expedições subsequentes, e que se conservou até nossos dias, através de todas as vicissitudes, com o seu antigo nome. O papel desempenhado pela ideia de cruzada desde os descobrimentos dos portugueses está, pois, intimamente ligado à sua anterior revolução nas guerras com os mouros”.

<sup>28</sup> Ver *infra* 2.1.

<sup>29</sup> O próprio D. Duarte apontava de forma inequívoca na sua obra de aconselhamento escrita no período da primeira expansão lusitana na África do Norte que “A guerra dos mouros tenhamos que é bem de fazer, pois que a Santa Igreja assim o determina e nom dá lugar a fraqueza de coração que faça conciencia onde haver se não deve” (D. Duarte, *Leal Conselheiro* [1435 a 1438?], Maria Helena Lopes de Castro (edição crítica, introdução e notas), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, cap. XVII).

<sup>30</sup> Cf. Kenneth Baxter Wolff, “The ‘Moors’ of West Africa and the beginnings of Portuguese slave trade”, *Journal of Medieval and Renaissance Studies*, v. 24, n. 3, 1994, pp. 449-469.



forço bélico de captura num ambiente físico desconhecido<sup>31</sup>; segundo, porque a limitação de meios humanos obrigava os portugueses a estrategicamente estabelecer relações diplomáticas e de amizade com lideranças locais<sup>32</sup> para a aquisição de escravos<sup>33</sup>. O padrão é estabelecido já nos primórdios da expansão: o comércio e não o conflito directo permitiriam doravante o acesso às riquezas africanas na zona da Guiné.

Para mais, o *casus belli* torna-se pouco legítimo a partir do momento em que se passa a ter plena consciência que a ‘mourificação’ das populações africanas, sem embargo da presença dessa religião na África Ocidental<sup>34</sup>, ia ficando mais insustentável à medida que se chegava mais para o Sul e não se encontrava tantos vestígios de islamismo, mas populações animistas ou, como eram chamadas, de “ydoltras”<sup>35</sup>. Contra eles não era líquido que a guerra fosse naturalmente justa, como era contra os mouros.

Outrossim, desde a Idade Média, a corrente defendida pelo Papa canonista Inocêncio IV (c. 1180?-1254) (aliás Sinibaldo di Fieschi), de acordo com qual a fé só podia ser propagada pela persuasão e ja-

<sup>31</sup> Veja-se a tese de John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*, 2. ed., Cambridge, UK, Cambridge University Press, 1998, pp. 36-42, mostrando a inviabilidade da manutenção do uso de meios militares para aceder aos escravos africanos em função de experiências iniciais negativas, e Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*, cap. II.

<sup>32</sup> Seguir os relatos de cronistas e outros documentos históricos relevantes em MMA, 1ª Série, Padre António Brásio (col e anot.), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, MCMLII (1952), v. I.

<sup>33</sup> Cf. John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*, cap. 2.

<sup>34</sup> Ver designadamente o *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 65 (f. 90 v.), que, ao falar da ‘Gylloffia’, dizia que “ElRey e todos seus fidalgos e senhores desta província de Giloffia son maffometanos e te seus bicherijs brâcos que son clerigos e pregadores de Maffoma os quaes sabem esprouer e leer”, ou, mais tarde, locais como o nosso André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde*, António Luís Ferronha (Leitura, introdução, modernização do texto e notas), Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994 [1594], *passim*, ao descrever os povos da “Guiné”, e André Donelha, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde* [1625], Avelino Teixeira da Mota (ed.) e Paul Hair (notas), Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977, cap. 10, f. 24, p. 146 sobre os Mandingas no sentido de que “não há nação de negros que tenha tomado com mais fervor a lei de Mafamede como os Mandingas”.

<sup>35</sup> Cf. o *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 87 (f. 124 v.), que assim relata: “Os negros deste ryo cõtra ho cabo verde som pella maior parte maffometanos ajinda que muytos ydoltras antre elles porem deste ryo auãte todos sã ydoltras em aquillo quem tomã vôtade em aquillo creem e adorã fazer ydolos de paos e pedras e adorã aruores e formigueiros e a hitachira e delles chama a seu deus cru e quãdo jurã dizem cru cru bissa contenteryn e aquella he a maior jura que elles fazem”.

mais pela coerção<sup>36</sup> tinha sobressaído no seu confronto com Henrique de Susa (c.1200-1271) (o cardeal Hostiensis) e os seus partidários que advogavam medidas mais musculadas para a conversão dos gentios<sup>37</sup>. É verdade que se a vitória do debate pode ser atribuída à linha inocentiana, não se pode dizer esta era propriamente pacifista ou que a perspectiva hostiensiniana tenha sido completamente ostracizada ou neutralizada. No caso português, por exemplo, Álvaro Pais (Pelayo) (1275/1280-1349), Bispo de Silves, que assina uma das mais influentes manifestações da teoria da guerra justa na Península nos Séculos XIII/XIV<sup>38</sup>, estava muito mais disposto a aceitar excepções destinadas a estender a jurisdição do Papa sobre os infiéis na fronteira – literalmente, atendendo ao local onde estava – do permitido por Inocêncio<sup>39</sup>. Na realidade, a trajectória desta questão será oscilante,

<sup>36</sup> Ver Innocentius IV, *Apparatus in quinque libros Decretalium* [c. 1245], Francofurti ad Moenum, Feierabend & Sigismundus, MDLXX, Decretalis III, Tit. XXXIV, cap. VIII, de acordo com o qual “(...) & propter hoc dicimus, non licet papae vel fidelibus auferre sua, sive dominia, sive jurisdictiones infidelibus, quia sine peccato ea possident, sed benne tamen credimus quod Papa qui est vicarius Iesu Christi, potestatem habet non tantum sup. Christianos, sed etiam super omnes infideles, cum enim Christi habuerit super omnes potestate (...)” (para. 3) (f. 430) e principalmente “(...) Licet non debaten infideles cogi an fidem, qa omnes libero arbitrio relinquendi sunt, & sola Dei gratia in hac vocatione valeat” (ibid., para. 8); pode-se encontrar uma tradução de trechos relevantes para o inglês em Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 150-151.

<sup>37</sup> Embora possa ser uma inferência excessiva a partir das letras do próprio Hostiensis, *Summa aurea* [entre 1239-1253], Venetiis, s.e., MDLXX, L. I, De Treuga et Pace [este, numa curta assertiva, parece defender a ideia de que qualquer guerra entre fiéis e infiéis é justa para os primeiros por conta da mera infidelidade, quando sustenta que “Unum [tipo de guerra], est inter fidelis & infidelis, & hoc iustus respectum fidelium” (f. 93 v.); trechos em inglês podem ser encontrados em Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 161-168.

<sup>38</sup> Por todos, cf. Paulo Merêa, “A guerra justa, segundo Álvaro Pais [1917]” in: *Estudos de Filosofia Jurídica e de História das Doutrinas Políticas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 101-105.

<sup>39</sup> Frei Álvaro Pais, *Estado e Pranto da Igreja [Status e Planctus Ecclesiae]* [1332-1335], ed. bilingue latim-português, Miguel Pinto de Meneses (estabelecimento de texto e tradução), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988-1998, Parte I, v. I, art. xxxvii, I, pp.431. “[O Papa] até tem jurisdição sobre os outros infiéis, mesmo que não ocupem terras onde os príncipes cristãos tiveram jurisdição. Todavia, neste caso o papa pode justamente fazer preceito e constituição a determinar que não molestem injustamente os cristãos sujeitos à jurisdição deles. E até, se maltratarem os cristãos, pode privá-los, por sentença, da jurisdição e do domínio que têm sobre eles, mas só por grande causa. Na verdade, deve tolerá-los quanto puder, desde que não haja perigo para os cristãos, nem se gere daí grave escândalo. Com efeito, embora os infiéis não sejam, rigorosamente, obrigados à fé, porque em todos se deve respeitar o livre-arbítrio, pois só a graça de Deus tem o poder neste chamamento, pode, todavia, o papa mandar que os infiéis admitam pregadores do evangelho nas terras da sua jurisdição. De facto, tendo toda a criatura racional sido feita para louvar a Deus, é certo que, se todos os pagãos proibirem os pregadores de pregar, pecam, devendo, por isso, ser punidos pelo papa. Porém, em todos os casos mencionados e em todos

seguindo-se de tempos mais centrados na ideia da conversão pacífica de gentios, outros marcados pela cedência pragmática às vantagens imediatas da evangelização forçada ou pela justificação do uso da força contra os infiéis com fulcro em outras causas.

O caso paradigmático que antecede e, por isso, influencia a aplicação dessa doutrina no contexto da expansão ultramarina europeia<sup>40</sup> é o das campanhas militares feitas por Reinos Cristãos Europeus e pela Ordem dos Cavaleiros Teutónicos contra as tribos pagãs do Nordeste da Europa (Polónia, Livónia, Lituânia, etc.) entre os séculos XVII a XV<sup>41</sup>. Nela, os inocentianos, representados pelo brilhante jurista polaco Paulus Wladimiri (Pavel Wlodkowic) (c. 1370-1435)<sup>42</sup>, saíram vencedores, porém, o facto é que o histórico do caso revelou anos de transigência da Igreja em relação à conversão forçada dos povos pagãos do Leste da Europa e do Báltico<sup>43</sup>.

os outros em que é lícito ao papa ordenar algo aos infiéis e compeli-los e puni-los se não quiserem obedecer, só o papa pode, e não outro, defender o seu direito, declarar-lhes guerra e invocar contra eles o braço secular”.

<sup>40</sup> A respeito desta influência, cf. Robert Williams Jr., *The American Indian in Western Legal Thought: The Discourses of Conquest*, New York/Oxford, Oxford University Press, 1990, p. 13 e ss, Anthony Pagden, *Lords of All the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500- c. 1800*, New Haven/London, Yale University Press, 1995, *passim*, e James Brundage, “The Thirteenth-Century Livonian Crusade: Henricus de Lettis and the First Lagatine Mission of Bishop William of Modena” in: *The Crusades, Holy War and Canon Law*, London, Varorium, 1991, p. 9.

<sup>41</sup> Para desenvolvimentos, Eric Christiansen, *The Northern Crusades*, 2. ed., London, Penguin, 1997, e o mais geral Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 705-744 (“21. Cruzadas de Fronteira: o Báltico e o Norte”).

<sup>42</sup> No caso concreto do Báltico, o jurista polaco Paulus Wladimiri, *Tractatus de potestate papae et imperatoris respectum infidelium* [1414] Reproduzido em Stanislas Belch (ed.), *Paulus Vladimiri and His Doctrine Concerning International Law and Politics*, London/The Hague, Mouton, 1965, v. II, pp. 792-844, que defendeu a posição da Polónia e da Lituânia no Concílio de Constança (1414-1418) que, dentre outras questões, tentou resolver o problema da cristianização forçada dos pagãos bálticos às mãos dos reis germânicos e Cavaleiros Teutónicos, rejeitou que o Beato de Cristo, bem como por maioria de razão qualquer outra autoridade religiosa ou secular, pudesse fazer a guerra somente por diferença religiosa, nomeadamente em relação aqueles que viviam pacificamente (*quiete viventis*), para impelir pagãos a aceitar a fé cristã ou para propósitos de ampliação da Cristandade (“error nulla ratione tolerabilis, quod christiani confluunt illic ad impugnandum infidelis ex eo quia infidelis, sive hoc dicatur causa fidei christianae ampliandae – cum praetextu pietatis non est impietas faciendae”).

<sup>43</sup> Como diz Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, Trad. Jorge Palhinhas, Lisboa, Tinta-da-China, MMVIII (2008), p. 78, “as cruzadas do Mar Báltico foram uma das facetas de um cruel processo de cristianização e germanização, aplicando-se um verniz religioso ao que, em alguns locais de forma evidente, era na verdade um processo de limpeza étnica e de conquista territorial, mais bem-sucedido do que em qualquer outro lado. (...). Na prática, tratava-se de uma guerra missionária que, dada a proibição cristã de converter à força, representava uma contradição relativamente à lei canónica”.

A presença de Hostiensis continuava a ser sentida, designadamente na série de bulas papais que, em meados do Século XV, estabeleceram as bases para os projectos ultramarinos lusitanos<sup>44</sup>, e que se aplicavam a todos os “Christi inimicos”, fossem eles “Sarraceni” ou “Paganos”. Muito mais próximos da nossa realidade e espaço geográfico, em finais do Século XIV e primeira metade do Século XV, portugueses e castelhanos<sup>45</sup>, à medida que disputavam a posse das Ilhas Canárias, tiveram que lidar com o direito de apropriação de um território que já estava habitado pelos aborígenes Guanches e outros<sup>46</sup>. Apesar das bulas papais do período não serem plenamente consistentes, o facto é que muitas vezes, ao mesmo passo que encontravam na punição de violações ao Direito Natural, designadamente da idolatria e na afectação da liberdade de prédica, as bases para justificar a conquista, rejeitaram que a expansão da fé fosse causa suficiente<sup>47</sup>.

Neste quadro, seria transposta para Portugal pelos influentes juristas bolonheses Antonio Minucci da Prattovechio<sup>48</sup> e Antonio de

<sup>44</sup> ‘Bula *Dum Diversas* de Nicolau V [18 de Junho de 1452]’; ‘Bula *Romanus Pontifex* de Nicolau V [8 de Janeiro de 1455]’; ‘Bula *Inter Cetera* de Calixto III [13 de Março de 1546] in: MMA, 2ª Série, v. I, docs. 42, 44 e 49; pp. 269-273; 277-286; 384-388.

<sup>45</sup> Os factos são apresentados pelo clássico da historiografia canária de autoria do Frey J. de Abreu Galindo, *Historia de la conquista de las siete islas de Canaria* [1632], Alejandro Cioranescu (ed.; int.; notas), Santa Cruz de Tenerife, Goya, 1977, e, mais recentemente, por Felipe Fernández-Armesto, *Before Columbus. Exploration and Colonization from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492*, caps. 6-9; a discussão jurídica é feita por Antonio Pérez Voituriez, *Problemas jurídicos internacionales de la conquista de Canarias*, La Laguna, s.e., 1957.

<sup>46</sup> A respeito dos guanches e outros povos canários, Maria del Carmen del Arco Aguillar & Juan Francisco Navarro Mederos, “Los Aborígenes” in: *Historia Popular de Canarias*, 3. ed., s.l., Centro de la Cultura Popular Canaria, 1996, *passim*, e Jorge Onrubia Pintado, *La Isla de los Guanartermes. Territorio, sociedad y poder en la Gran Canaria indígena (siglos XIV-XV)*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria, 2003, bem como os relatos já antigos inscritos no *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 101 e ss (f. 149 v. e ss).

<sup>47</sup> Antonio Pérez Voituriez, *Problemas jurídicos internacionales de la conquista de Canarias*, pp. 89-133; 181-203, discute estas questões.

<sup>48</sup> “Parecer do jurista bolonhês Antonio Minucci da Prattovecchio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra aos infiéis...[17 de Outubro de 1436]” in: *Monumenta Henricina [MH]*, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1963, v. V (1434-1436), doc. 140, pp. 285-

<sup>320</sup> “(...) possessiones et iurisdictiones licite sunt apud infideles, nam hec no tantum pro fidelibus sed pro omni rationali creatura facta sunt (...) et proper hec dixit quod non licet pape auferre siue dominia siue iurisdictiones infidelibus, quia sine peccato ea possident, sed tamen bene credit ‘quod papa, qui este vicarius Christi, potestatem habeat non tantum super christianos, sed etiam super omnes infideles, cum Christus super omnes habuerit potestatem’ (Ibid., p. 301)).

Rosellis<sup>49</sup>, na sequência de pedido de parecer do Rei, a linha de Inocência aplicando-se-lhe à empreitada de expansão portuguesa ainda na primeira metade do Século XV<sup>50</sup>. Já no Século XVI a mesma doutrina seria certificada e adaptada por luminares da Universidade de Salamanca como Francisco de Vitória (1492-1546)<sup>51</sup> ao novo contexto e incorporada ao discurso jurídico e prática internacionais de outros actores do movimento de “apropriação territorial de um Novo Mundo”<sup>52</sup> como Portugal<sup>53</sup>. Por conseguinte, no período de sedimen-

<sup>49</sup> Veja-se ‘Parecer de António de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a guerra que certo rei católico, não reconhecendo superior, deseja mover contra sarracenos que não ocupam terras suas, mas que foram de outros cristãos, na Berberia [Outubro 1436] in: *MH*, v. V, doc. 141, pp. 320-343 (“(...) ideo non uidetur posse papa vel princeps alius mandare quod istis paganis inferatur bellum ut eis auferantur bona ipsorum per dicta iura; et si non potest papa, multo minnus iste rex uel baro, licet superiorem non recognoscant, quia ex hoc non habet plus iuris quam ipse princeps, licet forte tantumdem iuris habet sicut princeps secularis (...); cum ergo papa non possit auferre sine causa hec iura ab ipsis paganis, non poterit etiam mandare legem generale condemnando, siue priuilegium speciale concedendo, ut non possit sine causa auferre dominia que sunt de iure gentium (...)” (Ibid., pp. 330-331)), completando que “Et ideo sancta Ecclesia, que per Saram, ut dixi, figuratur, iurisdictionem habet in hanc amcillam et sectam paganorum, non quidem eos ad fidem compellendo sed exortando; et ideo debent admictere nostros predicatorum ad predicandum verbum Dei, quia ex hoc non compelluntur, sed exortantur. Et si non faciant, potest contra ipsos brachium seculare implorari et tunc indicij bellum; idem quando contra eorum leges errant, quia puniri debent a papa et in executione contra eos de mandato pape posset indicij bellum seculares” (Ibid., p. 339).

<sup>50</sup> A respeito deste debate, veja-se Margarida Seixas, “Guerra justa e guerra santa: os pareceres da guerra de África (1433-1436)” in: *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 107-148.

<sup>51</sup> Vide Francisco (Francisco) de Vitória, *De Indis Insularis* [1532] in: *Relectiones Theologae XII. Tomus Primus*, Lugduni, Iacobum Boyerium, MDLVII, para. 31, sustentando, na linha de Inocência IV, que “Papam nula potestate temporale habet in barbaros istos, neque alion infidelis”, logo “quod etiam si barbarium nolint recognoscere dominium aliquod papae, non ideo potest eis bellum inferre, & bonan illorum occupari.” (p. 327).

<sup>52</sup> A expressão é emprestada de Carl Schmitt, *Der Nomos der Erde in Völkerrechts des Jus Publicum Europaeum*, 4. Auf., Berlin, Duncker & Humblot, 1997 [orig.:1950] (“Die Landnahme einer Neuen Welt”).

<sup>53</sup> Anónimo, “Documento no qual nos são dadas as causas pelas quais se podia mover guerra justa aos infieis” [1556?], gaveta XI, maço 8, doc. 3, 12 fol. in: *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos, 1960, pp. 676-685 (“‘‘Donde se infere que poys esta causa não pode ter movendo guerra contra infieis gentios ou mouros que habitão provincias nunca possuydas por christãos e a que se pode bem presumir que nunca chegou noticia do nome christão nem fama da ley evangelica a justificação da causa pera lhes poder mover guerra se ha de fundar na 2.ª causa que he tomar emenda d’alguia offensa de que os autores della não fazem rezão porque cessando esta rezão a guerra que se lhes mover pera lhes tomar seus estados de que elles são legitimos possuydores pera aver seus tesouros pera lhes ocupar suas terras e os subjectar seria injusta e peccarião gravissimamente os que por esta via quisessem augmentar o culto divino senhoreando as dictas provincias e nunca serião dellas justos possuidores nem de boa fee os que as conquistassem. E elles e seus herdeiros em todo o tempo serião obrigados a restituyr e satisfazer todollos danos e perdas ainda que os povos das dictas provincias se convertessem a nossa sancta fee antes por isso mays obrigados serão remitindo os elles de sua livre vontade e obrigando se voluntariamente a governança dos que os mal conquistarão. E as taes conquistas chama o cardeal Devo Caietano rapinas e ladroices grandes — ainda que vão palhadas com aparências de conversão de infieis. O

tação da ocupação ultramarina das terras achadas, a justificação da guerra contra o gentio e logo a legitimação do seu cativo, estava muito mais próxima da ideia de que a promoção da palavra de Cristo deveria ser predominantemente domínio da palavra e não do gládio. Somente se os nativos impedissem os missionários de pregar ou atacassem militarmente os cristãos, violassem grosseiramente o Direito Natural com actos como o canibalismo é que se configuraria um *casus belli* contra eles e a base da sua redução. Neste aspecto Inocêncio IV<sup>54</sup> e Vitória<sup>55</sup> tinham posições grosso modo convergentes, marcando a regulação moral e jurídica da guerra no período medieval e do período da expansão ultramarina<sup>56</sup>.

Tais condicionalismos e dúvidas também levaram a que o acesso a cativos africanos teve que ser sufragado a partir de outras linhas de justificação existentes na tradição jurídica europeia. A presença determinante do direito romano da escravatura<sup>57</sup> nas instituições jurídicas medievais e proto-modernas<sup>58</sup> assegurava que a aquisição de escravo legítimo seria título bastante, tendo-se simplesmente que indagar se a privação originária da liberdade havia sido legítima ou se seria possível estabelecer um liame de causalidade neste sentido. Para isto bastava recorrer à guerra justa, à aplicação de uma sanção criminal legítima, à execução de uma garantia contratual, à auto-alienação em situações de extrema necessidade, ao pátrio poder ou à circunstância de alguém nascer de ventre escravo<sup>59</sup>.

---

modo que nosso Redemptor mandou que se tivesse na conversão dos infieis a sua sancta fee foy mandar gente que insinasse com doctrina e exemplo oferecida polla salvação das almas (...)" (p. 678).

<sup>54</sup> Innocentius IV, *Apparatus in quinque libros Decretalium* [c. 1245], para. 3; 7-10.

<sup>55</sup> Vide Francisci (Francisco) de Victoria, *De Indis Insulanis* [1532], De Titulis, Quibus Barbari Potuerint Venire in Ditionem Hispanorum, para. 1-18.

<sup>56</sup> No geral, Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2005, cap. 2.

<sup>57</sup> Neste particular, seguir o clássico William Warwick Buckland, *The Roman Law of Slavery. The Condition of the Slave in Private Law from Augustus to Justinian*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2010 [orig.: 1908], p. 291 e ss; 397-436.

<sup>58</sup> Veja-se, em especial, Peter Stein, *Roman Law in European History*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 1999, p. 38 e ss, e Randall Lesaffer, "Argument from Roman Law in Current International Law: Occupation and Acquisitive Prescription", *European Journal of International Law*, v. 16, n. 1, 2005, pp. 25-58.

<sup>59</sup> A respeito da sua aplicação ao contexto estudado neste estudo, cf. Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*, pp. 195-235.

O facto é que tais causas encontravam eco em algumas tradições africanas<sup>60</sup> e puderam ser instrumentalizadas em prol da justificação da escravatura em larga escala das populações autóctones. A guerra que tivessem entre si, que eram frequentes<sup>61</sup>, as penas que aplicassem ou as garantias pessoais que executassem, seriam bases suficientes para legitimar a sua aquisição e posterior alienação. Por conseguinte, o acesso a escravos irá dar-se fundamentalmente por via negocial. O resgate (compra) era o meio mais idóneo para esse fim<sup>62</sup>, não tanto por motivos morais ou jurídicos, mas sobretudo estratégico-políticos e comerciais<sup>63</sup>, com reflexos inevitáveis no mundo do Direito.

Neste âmbito, a mudança de tática de acesso aos escravos vai exigir mais uma adaptação a limitações que eram colocadas pelo Direito Medieval tardio aplicado na Cristandade. Em tese, os cristãos estavam proibidos de comerciar com os infiéis<sup>64</sup>, salvo dispensa papal, o que veio a ocorrer efectivamente através da Bula *Sedes Apos-*

<sup>60</sup> Que não deixaram de ser devidamente identificados pelos exploradores do período como consta do *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 73 (f. 103), que dizia “estes Senhores negros fazem a guerra huuns a outros e aos negros seus vezinhos. (...) Não saem da sua terra përa não serem vendidos como espravos”, muito embora questionado por algumas leituras minoritárias como a de Walter Rodney, “African Slavery and Other Forms of Social Oppression on the Upper Guinea Coast in the Context of the Atlantic Slave-Trade”, *The Journal of African History*, v. 7, n. 3, 1966, pp. 431-443; no mesmo sentido deste escrito, cf. João Pedro Marques, *Portugal e a escravatura dos africanos*, cap. 2.

<sup>61</sup> Veja-se John Thornton, *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*, London, Routledge, 1999, *passim*, pp. 19-53.

<sup>62</sup> Os resgates são também mencionados pelo *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 65; p. 69 (f. 96 v); em particular, Cf. Jerónimo Münzer, *Itinerarium siue peregrinatio excellentissimi viri artium ac vtriusque medicine doctoris Hieronimi Monetarii de Feltkirchen ciuis Nurembergensis* [1494-1495] in: MMA, 2ª Série, v. I, doc. 34, pp. 214-253, que mostra claramente esta mudança de política do infante em concertação com o seu Conselho, dizendo que “D. Henrique resolver pôr de lado guerras e pilhagens, vencendo pela paz e por meio de presentes e mercadorias” (p. 232).

<sup>63</sup> Münzer aponta a dada altura do seu relato que “os etíopes andam sempre em guerras uns com os outros. Fazem-se mutuamente prisioneiros e vendem-nos por uma bagatela. Envenenam as pontas das suas setas, de modo que os feridos começam dentro de pouco a inchar e morrer. O esperto do nosso rei compra escravos ao Rei vencedor, e por meio dos seus intérpretes e ajudado pelo mar, fá-los reconduzir à sua pátria e vende-os aos amigos deles por ouro, dentes de elefante e outras cousas” (Ibid., p. 248).

<sup>64</sup> A respeito desta questão seguir algumas informações contidas em Arno dal Ri Jr., *História do Direito Internacional; comércio e moeda; cidadania e nacionalidade*, Florianópolis, Fundação José Boiteux, 2004, pp. 50-54, e id., “*Impius Foedus*. Os Tratados entre Reinos Cristãos e Sultanados Árabes durante a República Christiana” in: Arno dal Ri Jr & Ari Pedro Oro (orgs.), *Islamismo e Humanismo Latino. Diálogos e desafios*, Petrópolis, RJ/Treviso, IT, Vozes/Fondazione Cassamarca, 2004, pp. 209-222; Karl-Heinz Ziegler, “The Peace Treaties of the Ottoman Empire with European Christian Powers” in: Randall Lesaffer (ed.), *Peace Treaties and International Law in European History. From the Late Middle Ages to World War One*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2004, pp. 338-364.

*tolica* aprovada por Júlio II no dia 4 de Julho de 1505<sup>65</sup>, que autoriza transacções mercantis com “Mauros seu Nigros Guinee, ac Indos”<sup>66</sup>, e dos seus Brevês *Desideras* (1506), que se refere especificamente à Guiné<sup>67</sup>, e *Pro Parte Tue* (1508), autorizando o uso do trabalho de “Judeus, Mouros e outros Etíopes” para bem da expansão da fé católica<sup>68</sup>.

## II. Santiago, Santiaguenses e as Ilhas de Cabo Verde na Rota do Tráfico: aspectos histórico-jurídicos

### 2.1. Quadro geral e posição de Santiago e dos seus moradores

Na senda do quadro jurídico geral, a legitimação da ocupação das ilhas desabitadas<sup>69</sup>, pelo menos a de Santiago, não constituía problema jurídico para a Coroa Portuguesa à luz do Direito das Gentes aplicável<sup>70</sup>. As Bulas Papais relevantes (particularmente a *Intercoetere* de 1493<sup>71</sup>), o mais tardio Tratado das Tordesilhas (1494)<sup>72</sup>, e a adaptação de instituições jurídicas da apropriação legítima de terras inabitadas (*Terra Nullius*) e do direito do primeiro ocupante, bem como

<sup>65</sup> Ver texto latino em ‘Bula *Sedes Apostolica*, de Júlio II [4 de Julho de 1505]’ in: MMA, 2ª Série, v. II, doc. 9, pp. 21-23.

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> ‘Breve *Desideras* de Júlio II [2 de Abril de 1506]’ in: Ibid., doc. 11, pp. 27-28.

<sup>68</sup> ‘Breve *Pro Parte Tue* de Júlio II [31 de Janeiro de 1508]’ in: Ibid., doc. 12, pp. 29-30.

<sup>69</sup> Aspecto que chamou a atenção das primeiras descrições, designadamente de Valentim Fernandes, ‘Descrição das Ilhas de Cabo Verde [1506-1508]’ in: A. Fontoura da Costa (int. e trans.), *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, pp. 43-53 (“No princípio de Maio partiram de Lagos com próspero vento sem tocar nas Canárias. Houveram vista da terra, maravilhando-se de naquela parte verem terra, a saber duas *ilhas*, e foram a uma e lançaram gente fora para verem se havia povoação e a não acharam. Foram à segunda, nem mesmo acharam rasto de gente, senão muitos pombos mansos que os tomavam com as mãos. As outras caravelas viram as outras *ilhas*, porém nenhuma delas povoada, se não grande multidão de aves e grande pescaria (...)”) (p. 45), o mesmo relato no português da época poderá ser encontrado no *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 119.

<sup>70</sup> Sobre esta questão, cf. Wilhem Grewe, *The Epochs of International Law*, trad. de Michael Byers, Berlin, De Gruyter, 2000, pp. 229-225.

<sup>71</sup> ‘[Bula *Inter Caetera*] Insula Novis Orbis, a Ferdinando Hispanorum Rege et Elisabeth regina repertae et reperiendae, conceduntur eisdem, propagandae fidae christianae causae [4 de Maio de 1493]’ in: *Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*, s.l., Franco et Henrico Dalmazzo, MDCCCLX, t. V, pp. 361-364.

<sup>72</sup> ‘Tratado das Tordesilhas [7 de Junho de 1494]’ Reproduzido in: *História Geral de Cabo Verde: corpo documental [HGCv-CD]*, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, v. I, doc. 32, pp. 83-95.



a teoria da ocupação efectiva<sup>73</sup>, eram suficientes para a justificar na maior parte das situações. No entanto, como o espaço vital das Ilhas projectava-se para as regiões continentais circundantes<sup>74</sup>, sobre todo o “nosso Guiné”<sup>75</sup>, questões mais complexas se levantavam, pois eram locais onde os lusitanos nem sempre contaram com a mesma complacência de outras potências para as suas pretensões de exclusividade comercial<sup>76</sup>. Recusava-se qualquer *dominium mundi* ao Sumo Pontífice que lhe desse prerrogativas para delegar poderes a alguns reis cristãos sobre o Novo Mundo ou sobre os infiéis, excluindo, a um tempo, os outros<sup>77</sup>. Afinal, *nemo datur quod non habet*. Resultou disso uma concorrência duríssima para mercadores lusitanos e lusocaboverdianos<sup>78</sup> proveniente de representantes da França, Inglaterra e Províncias Unidas ou dos seus súbditos<sup>79</sup> e, em menor grau, so-

<sup>73</sup> Vide discussão em Randall Lesaffer, “Argument from Roman Law in Current International Law: Occupation and Acquisitive Prescription”, pp. 25-58.

<sup>74</sup> Na senda do que já era afluído pelo próprio Álvares Almada, que destaca a ideia numa das passagens da sua obra magna: “quis escrever algumas coisas dos Rios de Guiné [e] Cabo Verde, começando do Rio Sanagá, até Serra Leoa, que é o limite da Ilha de Santiago” (André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde*, Prólogo, p. 22).

<sup>75</sup> Em especial, cf. José da Silva Horta, “O nosso Guiné: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII)” in: *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Actas, Lisboa, FCSH/UNL, 2005 (Disponível em [http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat\\_view/75-coloquios-e-congressos/76-espaco-atlantico-de-antigo-regime.html?start=90](http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/75-coloquios-e-congressos/76-espaco-atlantico-de-antigo-regime.html?start=90), acesso a 5 de Dezembro de 2011).

<sup>76</sup> Veja-se Walter Rodney, “Portuguese Attempts at Monopoly on the Upper Guinea Coast, 1580-1650”, *The Journal of African History*, v. 6, n. 3, 1965, pp. 307-322.

<sup>77</sup> A respeito desta discussão, Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, Oxford, Oxford University Press, 1999, cap. 2.

<sup>78</sup> Seguir o mesmo Almada, que assim traduz esses efeitos perniciosos da concorrência estrangeira: “Este rio, de que vimos falando, era o melhor que havia na Guiné, de mais resgate que todos. Fazia-se nele com cinco ou seis coisas diferentes um escravo que não saía comprado por 5 cruzados de bom dinheiro. Hoje está perdido, devassado dos lançados, que andam adquirindo os despachos para os Ingleses e Franceses, (...)” (André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde [1594]*, p. 61), ou, por todos, Boubacar Barry, *La Sénégambie du XV<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> Siècle. Traite négrière, Islam et conquête coloniale*, Paris, l’Harmattan, 1988, Parte I.

<sup>79</sup> Note-se que mesmo os monarcas das nações que, por diversos motivos, amiúde político-estratégicos, ainda mantinham alguma contenção na contestação das terras reivindicadas por Portugal em África, eram pressionados pelos seus próprios súbditos. Estes, aliás, negavam muitas vezes a soberania lusitana sobre várias partes e povos com os quais comerciavam ou pretendiam comerciar. É de se ver, neste caso, o documento ‘The claim of the English Merchants to Pursue Free Trade with Guinea [1555]’ in: *Europeans in West Africa 1450-1560*, John William Blake (org.), London, Hakluyt Society, 1942, v. II. O curioso é que o caso, que vai marcar época no mar, como se sabe, punha em choque duas concepções sobre a legitimidade da apropriação de territórios no ultramar, a portuguesa, que se baseava na doação papal, e a dos mercadores ingleses no direito natural ao comércio e na posse fáctica do território. Tanto é assim que insistem, por um lado, na liberdade de negociar, e, por outro, na ausência de qualquer forte ou demonstração de presença efectiva dos portugueses nos lugares onde estiveram.

bretudo durante o período anterior e posterior à União Ibérica, por ‘tractantes’ e religiosos castelhanos, que tentavam minar o suposto monopólio português<sup>80</sup>.

Cabo Verde<sup>81</sup> e em particular a cidade da Ribeira Grande de Santiago<sup>82</sup> foram, a partir do Século XV, bases do esquema transatlântico de compra e venda de escravos<sup>83</sup>. A sua posição geográfica estratégica no Atlântico Médio<sup>84</sup> permitiu-lhe transformar-se num importante entreposto do afluente comércio negreiro que partia para Europa<sup>85</sup> e

<sup>80</sup> Importantes relatos feitos por cronistas do período mostravam a presença concorrencial permanente de barcos franceses e ingleses nos resgates da Guiné. Vide, por exemplo, André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. VI, p. 35, chamando a atenção para o seguinte: “Serve este ilhéu aos Ingleses e Franceses de ribeira, onde concertam as suas naus e embarcações; e é a garganta por onde passam à Serra Leoa como a Costa da Malagueta, ao Brasil, às Índias de Castela; todos tomam esta Angra, e nela espalmam os seus navios e os concertam, e habitam nela, e a têm por sua, como se fora uma das obras de Inglaterra ou da França; em tanto que os negros desses portos do mar desta costa falam muito bem francês, e foram muitos a França muitas vezes, e agora, depois de terem amizade com os Ingleses, foram já alguns a Inglaterra aprender a língua inglesa e ver a terra (...)”.

<sup>81</sup> Em geral sobre a História de Cabo Verde, ver Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, 2. ed., Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003; António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, *passim*; *História Geral de Cabo Verde [HGCv]*, 2. ed., Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 2001-2002, 3 v.; Richard Lobban Jr., *Cape Verde. From Crioulo Colony to Independent Nation*, Boulder, CO, Westview Press, 1995, e Maria Emília Madeira Santos; Maria Manuel Ferraz Torrão & Maria João Soares (coord. e org.), *História Concisa de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2007, para versões mais sintéticas.

<sup>82</sup> A respeito da História da Ilha, veja-se Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964, pp. 169-209, e um resumo sobre aspectos históricos e arquitectónicos interessantes da cidade da Ribeira Grande pode ser encontrado em Daniel Pereira, *A importância histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago-Cabo Verde)*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

<sup>83</sup> No geral sobre o papel decisivo de Cabo Verde neste processo, vide especificamente Toby Green, “Building Slavery in the Atlantic World: Atlantic Connections and the Changing Institution of Slavery in Cabo Verde, Fifteenth–Sixteenth Centuries”, *Slavery & Abolition*, v. 32, n. 2, 2011, pp. 227-245, bem como, mais genericamente, John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*, *passim*, e Toby Green, *The Rise of Trans-Atlantic Slave Trade in West Africa, 1300-1589*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2011, *passim*, atribuindo às Ilhas de Cabo Verde e São Tomé as origens do Mundo Atlântico.

<sup>84</sup> Vide, e.g., T. Bentley Duncan, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in the Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, Chicago/London, The University of Chicago Press, 1972, caps. 8-9.

<sup>85</sup> Alguns autores como Manuel Fernández Chaves & Rafael Pérez García, “Las redes de trata negreira: mercaderes portugueses y tráfico de esclavos en Sevilla (c. 1560-1580)” in: Aurelia Martín Casares & Margarita García Barranco (comps.), *La esclavitud negroafricana en la historia de España, Siglos XVI y XVII*, Granada, Comares, 2010, pp. 5-34, chegam a falar num triângulo Sevilha-Cabo Verde-Lisboa.

Américas (principalmente para o Estado do Maranhão e Grão-Pará<sup>86</sup> e para as chamadas Índias de Castela<sup>87</sup> no quadro do sistema de *asientos*<sup>88</sup>), e os seus habitantes<sup>89</sup> especialistas no resgate de escravos na Costa e Rios da Guiné<sup>90</sup>. No entanto, a posição das ilhas e dos seus habitantes, que dependiam dos rendimentos gerados pelo comércio transatlântico de escravos<sup>91</sup> e das actividades de apoio ao triste tracto como a confecção de panos<sup>92</sup>, sempre foi frágil e dependente de um conjunto de circunstâncias difíceis de gerir e de articular e impossíveis de controlar<sup>93</sup>, designadamente porque os interesses dos moradores nem sempre encontravam eco na vontade e nas políticas económicas da Coroa, fazendo, em simultâneo, surgir uma relação de cumplicidade e tensão com a Metrópole, justificada no primeiro caso pela parcial identidade de interesses e no segundo pela discrepância de perspectivas relativamente ao tratamento de um conjunto de questões relevantes para a vida das Ilhas. A dinâmica desse relacionamento será mutável e complexa, variando de acordo com

<sup>86</sup> Vide Rafael Chamboleyron, “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”, *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, 2006, pp. 79-114, e Daniel B. Domingues da Silva, “The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680–1846: Volume, Routes and Organisation”, *Slavery & Abolition*, v. 29, n. 4, 2008, pp. 477-501.

<sup>87</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torráo, “Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento” in: *HGCV*, v. II, pp. 17-123, e, no quadro mais geral, Linda A. Newson & Susie Minchin, *From capture to sale: the Portuguese slave trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*, Leiden, Brill, 2007.

<sup>88</sup> A respeito desta instituição, vide Andrea Weindl, “The Asiento de Negros and International Law”, *Journal of the History of International Law*, v. 10, n. 2, 2008, pp. 229-257, e o clássico Georges Scelle, *Histoire Politique de la Traite Négrière aux Indes de Castille, Contrats et Traités d’Assiento; Étude de Droit Public et d’ Histoire Diplomatique Puisée aux Sources Originales et Accompagnée de Plusieurs Documents Inédits*, Paris, Sirey, 1906, 2 t.

<sup>89</sup> Designadamente o próprio André Álvares d’ Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde*, que era Capitão (v. *infra*).

<sup>90</sup> Cf., por exemplo, *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 85 (f. 120 r.): “Per aqui vem os nauios das Ilhas do cabo verde pera fazer o resgate do seu algodô pera pãnos assi como em casa mansa e aqui estam christãos mercadores estantes”.

<sup>91</sup> Neste particular, acompanhar T. Bentley Duncan, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in the Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, cap. 9.

<sup>92</sup> Ver em particular António Carreira, *Panaria cabo-verdeano-guineense (aspectos históricos e socio-económicos)*, s.l., Instituto Cabo-Verdeano do Livro, 1983, *passim*.

<sup>93</sup> Nas palavras de António Correia e Silva, “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico” in: *HGCV*, v. II, pp. 1-16, “Os arquipélagos, nomeadamente o de Cabo Verde, são esses peões históricos, cujo valor depende sempre das configurações prevalecentes sobre um amplo espaço envolvente, com o qual, directa ou indirectamente, interactua. No caso concreto fazem parte de um tabuleiro os Rios da Guiné, Portugal, as ilhas atlânticas, Castela, posteriormente as suas Índias, França, Inglaterra, Holanda, Brasil, etc.. Um imenso espaço envolvendo três continentes” (p. 2).

o interesse estratégico que a Coroa lhes atribuía, pelos desafios externos colocados e pelas suas necessidades financeiras mais prementes.

## 2.2. A Política da Coroa e as Relações de Cooperação e Tensão com os Moradores

Este quadro vai conhecer uma inevitável transposição para a esfera jurídica<sup>94</sup>, que se encontra também marcada por uma relação e por momentos de tensão e cooperação entre ilhéus e coroa e nalguns casos com os projectos missionários da Igreja<sup>95</sup>. Inicialmente certas concessões tiveram que ser feitas aos moradores-mercadores<sup>96</sup> para evitar a sua debandada de ilhas<sup>97</sup> tão pouco atractivas para agricultura<sup>98</sup> e cujo clima era reputado de insalubre e pouco são<sup>99</sup>. No entanto, como os rendimentos e a liberdade excessiva dos mercadores locais eram tidos por prejudiciais aos interesses financeiros e fiscais

<sup>94</sup> A legislação é apresentada e discutida em Ângela Domingues, “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento” in: *HGCV*, v. I, pp. 76-83, e em Maria Manuel Ferraz Torráo, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento, Evolução” in: *Ibid.*, pp. 237-345.

<sup>95</sup> Casos de divergências relativamente à necessidade de baptizar os escravos em trânsito, como dá conta, por exemplo, Daniel Pereira, “Cabo Verde – Catequização e baptismo de escravos (1690-1700)” in: *Estudos de História de Cabo Verde*, 2. ed. revista e actualizada, Praia, Alfa-Comunicações, 2005, *passim*.

<sup>96</sup> Veja-se a este propósito António Correia e Silva, “Os fundamentos do povoamento” in: *Histórias de um Sahel Insular*, 2. ed., Praia, Spleen, 1996, pp. 13-31, bem como Maria Emília Madeira Santos & Iva Maria Cabral, “O nascimento de uma sociedade através do morador-armador” in: *HGCV*, v. I, pp. 371-430.

<sup>97</sup> Não é, pois, sem sentido que se chegou a ponderar a mudança da população para a Serra Leoa (seguir discussão em Maria Emília Madeira Santos, “As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a ‘fresca Serra Leoa’: uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, v. 34, 1988, pp. 485-491).

<sup>98</sup> O enganador nome desde logo suscitou necessidades de explicação a observadores e viajantes. É por isso que o *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 71 (f. 99), chamava a atenção para “((...) as ilhas que se chamã ilhas do Cabo Verde. Aynda que ellas não sejam verdes, porém tomam ho nomem deste Cabo que he sempre verde, das quaes ilhas se dira no quaderno das ilhas do mar oceano”), e Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*, p. 172, a apontar que “o clima, de temperaturas elevadas e de chuvas irregulares, concentrada num período muito curto do ano, só por si explica perfeitamente o insucesso da introdução dos cereais europeus para a base da alimentação. Em sua substituição foram introduzidos cereais pobres das regiões africanas, de valor muito reduzido na alimentação e fixação dos colonos europeus. Desta maneira, desde os seus alvores, a ocupação de Santiago progrediu muito lentamente; o seu povoamento em nada se pode comparar ao da Madeira (...)”.

<sup>99</sup> Veja-se igualmente o *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 119 (f. 181 r.) (“Estas ylhas erã de prymeiro tã sadias que quãtos gaffos alli vinhã sarauã. Mas agora são tão doentias que a gente sãã adoce. Creo que depois que os negros troussêrô a ellas corrôperô ho aar como em sua terra que é doentia”), bem como a análise mais sistemática de Henrique Lubrano de Santa-Rita Vieira, *História da Medicina em Cabo Verde*, Praia, Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco, 1987.

da Coroa<sup>100</sup>, certas medidas régias chocaram frontalmente com os interesses locais, gerando confrontos e reacções mais ou menos claras dos “vizinhos”<sup>101</sup>. Destinavam-se a limitar a acção dos comerciantes locais<sup>102</sup>, sendo acompanhadas de ameaças de aplicação de sanções duríssimas, como a perda de bens<sup>103</sup>, a detenção por tempo indeterminado<sup>104</sup> e a transferência de jurisdição aos régulos africanos para a sua repressão e detenção<sup>105</sup>.

Já as reacções dirigiram-se contra as proibições comerciais e os excessos fiscais, a acção dos representantes metropolitanos nas Ilhas

<sup>100</sup> No mais completo dos diplomas, dizia-se que “consideramdo nós a perda e dapno que hos moradores da nosa jlha de Santiago tem feyto com suas armas nos nossos resgates da Guinee, de maneira que hos tem tã abatidos, por a pouca valia e estima em que tem postas as nosas mercadarias, e a careza em que lhe tem alçadas a suas, que há muj pouco ganho, e que muita parte deste dapno e perda tem feyto os home[n]s bramquos que nas dittas partes de Guinee sã lamçados cõ os negros (...)” (‘Alvará proibindo os moradores da Ilha de Santiago de irem aos resgates da Guiné [15 de Março de 1518]’ in: *HGCV-CD*, v. I, doc. 104, pp. 289-290).

<sup>101</sup> Diz T. Bentley Duncan, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in the Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, p. 207, que “a resposta cabo-verdiana característica às restrições monopolísticas envolvia protestos públicos e a denúncia oficial do monopolista, acompanhada de evasão fiscal secreta e contrabando em massa”, aspecto também sublinhado por Maria Emília Madeira Santos, “As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a ‘fresca Serra Leoa’: uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico”, p. 487 (“a legislação, contrária ao comércio livre dos reinóis e mestiços de Santiago, revelava-se impossível de cumprir através de uma vigilância eficaz. Acabou, pelo contrário, por criar uma engrenagem que convidava à transgressão e à fuga, resultando, na perda do controlo do comércio da área, por parte da Coroa e dos contratadores”).

<sup>102</sup> A Coroa começou a adoptar medidas legislativas contrárias aos interesses económicos dos moradores das ilhas a partir do início do Século XVI no quadro da legislação manuelina, obrigando que os escravos fossem directamente para Lisboa (‘Alvará sobre o Trato da Guiné [24 de Outubro de 1512]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 18, pp. 51-529); em seguida, de modo convergente, limitou o envio de determinadas mercadorias para as ilhas, precisamente aquelas que eram utilizadas nos resgates na Guiné com a previsão de penas duras para os infractores (Extracto relevante das Ordenações Manuelinas) [24 de Março de 1514] presente em *HGCV-CD*, v. I, doc. 86, pp. 235-237), culminando a sua acção com a proibição de 1518 (v. ‘Alvará proibindo aos moradores da Ilha de Santiago de Cabo Verde o resgate da Guiné [8 de Janeiro de 1518]’ e ‘Alvará proibindo os moradores da Ilha de Santiago de irem aos resgates da Guiné [15 de Março de 1518]’ in: *Id.*, docs. 103-104, pp. 287-290), que, no entanto, a acreditar no ‘Regimento de Afonso Lopez d’Avilla, feitor do trato de Santiago, regulamentando o comércio da Guiné e Ilhas de Santiago e do Fogo [13 de Janeiro de 1520]’ in: *Id.*, doc. 107, pp. 295-301, não era tão absoluto quanto pareceria dos seus termos, pois, no caso dessas instruções administrativas, continuava-se a insistir no impedimento da utilização de mercadorias importadas no resgate da Guiné e não a sua vedação absoluta.

<sup>103</sup> Estabelecia-se que “quaesquer pessoas ho contrayro fezerem perderem o navio ou navynos e armações aos ditos Regnos de Guinee e todo o que lhe for achado pera nós, e também suas fazendas” (‘Alvará proibindo aos moradores da Ilha de Santiago de Cabo Verde o resgate da Guiné [8 de Janeiro de 1518]’, p. 287).

<sup>104</sup> E, além do que já foi referenciado, “(...) serem presos e nã serem soltos sem nosso espeçyal mādato” (*Ibid.*)

<sup>105</sup> “Mandamos dar e cometer, com todas suas fazendas aos Reis e negros donde estiuermem para que os matem ou entreguem aos capitães de nosos navynos” (*Ibid.*).

e a concorrência dos “contractadores” autorizados por Lisboa a actuar em situação de privilégio ou monopólio no *lebensraum* dos santiaгуenses. Neste quadro, a defesa formal dos interesses dos moradores, reunidos na Câmara<sup>106</sup>, era, regra geral, imediata<sup>107</sup>, apoiando-se num arsenal estratégico multifacetado<sup>108</sup>, de acordo com o qual se atribuíam responsabilidades de todos os malfeitos a *outsiders*, regra geral reinóis ou cristãos-novos<sup>109</sup>, mostrava-se a importância das ilhas e dos seus moradores para os interesses portugueses<sup>110</sup>, a necessidade de se lhes manter os privilégios<sup>111</sup>, não escondendo, por vezes, outros instrumentos menos legítimos aos olhos contemporâneos<sup>112</sup>. Informalmente, violava-se as leis régias, aproveitando os vazios ou incongruências legais e, em especial, a crónica debilidade de fiscali-

<sup>106</sup> A respeito desta instituição central do poder local em Santiago, cf. Ângela Domingues, “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento”, pp. 41-123, esp. pp. 62-68, e sobre o perfil dos que nele tinham assento, Maria Emília Madeira Santos & Iva Maria Cabral, “O nascimento de uma sociedade através do morador-armador”, pp. 371-409, e Iva Maria Cabral, “Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena” in: *HGCV*, v. III, pp. 235-326.

<sup>107</sup> Já na primeira medida restritiva adoptada pelo Rei, os moradores, que tinham tido os seus privilégios confirmados pouco tempo antes, ainda que do teor do pedido e da resposta não se possa depreender, em momento algum, confirmações ligadas ao comércio de escravos, o que pode ser decisivo, requereram imediatamente a manutenção dos seus privilégios, mostrando os inconvenientes da norma que obrigava a levar os escravos directamente para Lisboa. Atribuindo a medida ao desconhecimento do Rei e a culpa aos cristãos-novos e os associados tangomanos, davam notícia da carência das Ilhas, do alto preço dos alimentos essenciais importados, e na inviabilidade financeira de se ter que ir a Lisboa vender os escravos (v. ‘Requerimento do povo da Ilha de Santiago [24 de Outubro de 1512]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 19, pp. 53-55).

<sup>108</sup> Para uma imagem, veja-se a ‘Carta da Câmara da Ribeira Grande ao Secretário António Carneiro [25 de Outubro de 1512]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 20, pp. 56-58.

<sup>109</sup> Como na mesma missiva se salienta (“E os remde[j]ros das remdas delRey, nosso Senhor, que djzem e poem em pee de verdade que nós com roupas defesas e solbexas armações que fazemos danamos seus trautos de Gujné, ho que hé muyto pelo comtrayro. Se algum mall se faz, os crystaõs novos que qua sam rendejros fazem todo esto”) (Ibid, pp. 56-57).

<sup>110</sup> Destaca-se que “(...) E porque, Senhor, a terra vay ora de bem em mylhor e está em muyta paz e cõcordya e hé grande escala pera as naos [e] naujos de sua alteza, e asy pera os naujos de Samtomé e Ylha do Pryncipe e pera os naujos que vã do Brasylle da Mjna e todas partes de Guiné, que quando aqj chegam perdjdos e sem mätjmento e gente aqj sam remedeados e proujdos de todo o que lhe faz mester, como aqueço [a] Afonso de Albuquerque (...)” (Ibid., pp. 57-58).

<sup>111</sup> A petição enviada ao Rei dizia que “(...) vssandosse do dito alluará a dita Jilha se perderá (...)” (‘Requerimento do povo da Ilha de Santiago [24 de Outubro de 1512]’, p. 53).

<sup>112</sup> Como enviar ao Secretário António Carneiro “hum par descrauos moços de boa ydade” como “presente” relacionado ao pedido de auxílio e favorecimento (‘Carta da Câmara da Ribeira Grande ao Secretário António Carneiro [25 de Outubro de 1512]’, p. 57).

zação da própria Coroa portuguesa<sup>113</sup>, bem como as omissões ou até participação dos funcionários régios<sup>114</sup>.

Coroa e moradores tinham, todavia, interesses e inimigos comuns. É assim que essa convergência parcial leva os próprios vizinhos da Ribeira Grande de S. Tiago, a partir de finais do Século XVI e gradualmente no Século XVII, a recorrer à Coroa para proteger os seus interesses comerciais e fiscais em face da concorrência considerada desleal e ilícita dos barcos estrangeiros<sup>115</sup>, dos “contractadores” (parceiros da própria coroa) e tangomanos<sup>116</sup>, invocando, desta feita, a lei, para se proteger dos “criminosos”, que lhes subtraíam o ‘tracto’ que entendiam lhes pertencer por direito<sup>117</sup>. A frágil posição dos moradores num xadrez político-económico que envolvia a Coroa, os contratadores e potências estrangeiras e seus representantes, levou-

<sup>113</sup> Por exemplo, v. Ângela Domingues, “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento”, p. 81 (“É claro que apesar da rígida legislação e das constantes proibições, o comércio por moradores cabo-verdianos continuou a processar-se. Estas e outras medidas eram boicotadas e desrespeitadas. E isto em parte porque a Coroa não possuía um aparelho coercitivo forte, que impusesse e controlasse o cumprimento das leis. (...)”).

<sup>114</sup> Neste sentido, Zelinda Cohen, *Os Filhos da Folha (Cabo Verde – séculos XV-XVIII)*, Praia, Spleen, 2007, pp. 208-220, que assim sumaria: “Os oficiais da alfândega, estrategicamente situados nestas operações e normalmente insitados a facilitar as fugas aos impostos, as transações com artigos defesos ou outras acções lesivas às finanças da Coroa figurarão, quase sempre, como peças-chaves dos processos relacionados com as práticas ilícitas de comércio. Sejam eles ou não os mentores dos crimes, meros instrumentos, parte ou principais favorecidos com os actos cometidos contra a fazenda pública, muito raramente não se acharão implicados em tais infracções, o que no seu caso, pelo estatuto que ostentam, há-de significar também contra a organização a que pertencem” (p. 208).

<sup>115</sup> A situação no século seguinte já se tinha degradado substancialmente, a acreditar no ‘Memorial do visitador da Guiné a El-Rei D. João IV [5 de Fevereiro de 1647]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. V, doc. 173, pp. 454-458, que dava conta da perda de competitividade dos produtos e mercadores portugueses em relação a “Francezes, Ingrezes e Olandeizes” (para. 7, p. 456).

<sup>116</sup> Veja-se a respeito desta figura, António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, pp. 55-78; Maria Emília Madeira Santos, “As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a ‘fresca Serra Leoa’: uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico”, p. 487 (“Surgiam assim os *lançados* e *tangomaos*, homens fora da lei, que, por razões várias, se subtraíam ao poder das autoridades insulares”); Jorge Couto, “Lançados” in: Luís de Albuquerque (dir.) & Francisco Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, s. l., Caminho, 1994, v. II, pp. 582-584, e Peter Mark, “The Evolution of ‘Portuguese’ Identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from the Sixteenth to the Early Nineteenth Century”, *The Journal of African History*, v. 40, n. 2, 1999, pp. 173-191.

<sup>117</sup> Literalmente, como consta da afirmação de outro ilustre santiaguense, André Donelha, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde* [1625], cap. 8, f. 17, p. 122 sobre o Rio Sanagá: “O trato antigo desta ilha de Santiago que nas partes de Guiné fazia era do rio Sanaga até à Serra Lioa. O resgate de Sanaga durou pouco mais sessenta anos; por causa dos piratas franceses se perdeu de então pera cá, que há mais de cem anos”.

os a tentar encontrar equilíbrios que protegessem os seus interesses ou pelo menos minorassem os seus prejuízos. Nem sempre se podia dizer que a Coroa ou outros actores reinóis deixaram de ser sensíveis às suas reivindicações<sup>118</sup>, mesmo no período filipino em que a historiografia tradicional tem por nocivo aos interesses dos ilhéus<sup>119</sup>.

A decadência das Ilhas será cada vez mais acentuada a partir de meados do Século XVII, mau grado as tentativas de reverter essa tendência<sup>120</sup>, tendo por epílogo a instituição das companhias comerciais monopolísticas ou privilegiadas<sup>121</sup> nos Séculos XVII<sup>122</sup> e XVIII, principalmente a Companhia do Grã-Pará e Maranhão, com resultados catastróficos para os interesses dos moradores do Arquipélago<sup>123</sup>, que, pela redução do triste tracto a que tinham acesso em favor das sociedades pombalinas, foram levados irremediavelmente à decadência<sup>124</sup>. Ainda assim, com todos os contratempos, o tráfico de escravos foi uma reali-

<sup>118</sup> Por exemplo, em 1624, o Desembargo do Paço, em resposta a queixas da Câmara de efeitos negativos da concorrência do governador com os seus negócios recomendava a El-Rei “mandar encomendar ao nouo governador, que hora vai para aquella Ilha, que não deficulte, nem impida o trato dos moradores della pera os ditos Rios de Guiné” (p. 20) (‘Consulta do Desembargo do Paço [30 de Janeiro de 12624]’ in: MMA, 2ª Série, v. V, doc. 7, pp. 18-21).

<sup>119</sup> O nosso Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, p. 221, quando conclui que “de todos é sabido quão pernicioso foi aquella administração em Portugal, vivendo o povo amargurado pelos enormes tributos, soffrendo os maiores vexames e iniquidades na sua vida social. Este viver, tão pouco invejável aos portuguezes residentes no reino, não podia deixar de ser sentido nos nossos domínios ultramarinos, onde brancos e pretos saudavam com orgulho a bandeira das quinas”, seguramente terá sido excessivamente severo e por demais influenciado por uma leitura patriótica da história.

<sup>120</sup> Cf. neste sentido António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, p. 141 (“No final desta centúria, os moradores de Santiago haviam perdido, em muitos sectores da costa, a sua posição no comércio em geral, e no negreiro em especial. Os tratos e resgates tinham decaído bastante para eles. Não que o tráfico em si, para a América central e para o Brasil, tivesse diminuído; mas a circunstância dele se fazer pelos nacionais vindos de Lisboa sem a participação activa dos moradores de Santiago, e muito mais por estrangeiros, em competição com os traficantes portugueses estranhos à ilha. Santiago foi assim perdendo aos poucos a sua posição de entreposto de mão-de-obra escrava”).

<sup>121</sup> Cf. a tese de Rui Figueiredo Marcos, *As Companhias Pombalinas. Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*, Coimbra, Almedina, 1997.

<sup>122</sup> Seguir igualmente Daniel Pereira, “A fundação da Companhia de Cacheu (1671-1676)” in: *Estudos de História de Cabo Verde*, 2. ed. revista e actualizada, Praia, Alfa-Comunicações, 2005, pp. 143-201.

<sup>123</sup> Veja-se a este respeito o incontornável António Carreira, *As Companhias Pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2. ed., Lisboa, Presença, 1982, contendo apenas documental relevante.

<sup>124</sup> Por todos, cf. António Correia e Silva, “Dinâmica de decomposição e recomposição de espaços e sociedades” in: *HGCv*, v. III, pp. 1-66, que nos fala num cerco montado pela burguesia reinol à classe terratenente escravocrata que se intensifica ainda mais com a Companhia (p. 57), e Ilídio Baleno, “Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão” in: *Id.*, pp. 157-233.



dade nas Ilhas de Cabo Verde e Costa e Rios da Guiné bem dentro do Século XIX, quando já havia se tornado uma prática claramente ilícita internacionalmente e que Portugal deveria combater<sup>125</sup>.

### **2.3. A legislação sobre a escravatura: estabelecimento dos títulos de legitimidade e regulamentação e condições do comércio negro**

Como esta sintética apresentação tenta demonstrar, qualquer dissensão entre os interesses santiaguenses e régios não se devia à violação de leis contra a “servidão” africana<sup>126</sup> ou à necessidade de a submeter a especiais condições legais tendentes à sua limitação e regulação ou de fiscalização dos seus pressupostos e requisitos. A Coroa oficialmente nunca chegou a considerar a escravatura dos negros da Guiné ilícita ou a aprovar leis da liberdade como fez na América Portuguesa para os índios<sup>127</sup>. Ao invés, promoveu-a, directa ou indirectamente, através dos seus representantes locais, com grande entusiasmo e denodo para com o tesouro e as vantagens económicas dali advenientes. O mesmo pode ser dito de insuspeitos intervenien-

<sup>125</sup> Cf. António Carreira, *O tráfico de escravos nos Rios da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850) (subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1981, e, mais especificamente, João Lopes Filho, *Abolição da Escravatura. Subsídios para o Estudo*, Praia, Spleen, 2006.

<sup>126</sup> Ainda que um dos intrumentos jurídicos mencionasse enigmaticamente “o desserviuço de Deus” que os moradores de Santiago estariam a fazer na Guiné, a “condemnaçã de suas almas” e o perigo para as “suas cõciencias” (‘Alvará proibindo os moradores da Ilha de Santiago de irem aos resgates da Guiné [15 de Março de 1518]’, pp. 289-290).

<sup>127</sup> Cf. o conjunto central de diplomas em Georg Thomas, *Política Indigenista dos Portugueses no Brasil, 1500-1640*, tradução do Pe. Jesús Hortal, São Paulo, Loyola, 1982, Apêndice II, e comentários em Nadia Farage, *As Muralhas do Sertão. Os povos indígenas do Rio Branco e a Colonização*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, UNICAMP, 1986, pp. 28-30; Beatriz Perrone-Moisés, *Legislação indigenista colonial. Inventário e índice*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1990, pp. 26-29; John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes na origem de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994; João Adolfo Hansen, “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro” in: Adauto Novaes (org.), *A descoberta do Homem e do Mundo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 347-373; e John Hemming, *Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros*, trad. bras. de Carlos Eugênio da Moura, São Paulo, Edusp, 2007, *passim*. Francisco Ribeiro da Silva, “Os índios do Brasil à luz das leis portuguesas (sécs. XVII-XVIII)” in: *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2001, pp. 419-438, para além do próprio Georg Thomas, *Política Indigenista dos Portugueses no Brasil, 1500-1640*, *passim*.

tes como a Igreja, a qual não se preocupou excessivamente com a escravatura africana. Chegou a desenvolver e sufragar a ideia de que a escravatura seria um caminho idóneo para a salvação da alma do gentio<sup>128</sup>, portanto integrando-a como meio legítimo de evangelização. Ademais, certas organizações a ela associadas se beneficiavam financeiramente do tráfico<sup>129</sup>, para além de certas autoridades eclesásticas locais que ou recorriam ao trabalho escravo ou até participavam da mercância com seres humanos<sup>130</sup>.

De um ponto de vista jurídico, todos os grupos envolvidos no processo tinham a escravatura por lícita, desde que resultante de uma compra e venda legítima, amparada na privação originária da liberdade resultante da feitura de uma guerra justa, da aplicação de uma sanção criminal, do inadimplemento de obrigações contratuais ou execução de garantias<sup>131</sup>. Não corresponde, pois, à verdade que a cativação de africanos era o resultado de meros actos injustificados de força. Outrossim, verificou-se a tentativa de lhe dar cobertura jurídica, por mais transviada que fosse. Adicionalmente é possível observar que os títulos de redução à escravatura não estavam integralmente submetidos ao controlo directo dos portugueses ou outros participantes dos resgates da Guiné. Na maior parte das vezes, as causas de legitimação eram meramente pressupostas, já que empreendidas pelos próprios régulos e autoridades africanas, estimando-se que parte considerável dos cativos sequer correspondia ao permitido pelo Direito das Gentes do período, não por não serem por este admitidas, mas por as circunstâncias fácticas da cativação, nem de perto, nem de longe, corresponderem aos pressupostos e requisitos do regime jurídico supramencionado. O problema não estaria no fundamento e existência da escravatura, mas na sua regulação e aplicação.

<sup>128</sup> Cf. José Andrés-Gallego & Jesús María García-Añoveros, *La Iglesia y la esclavitud de los negros, passim*, e Jean Mpisi, *Traite et esclavage des Noirs au nom du christianisme*, Paris, l'Harmattan, 2008.

<sup>129</sup> Não se pode desconsiderar que a ‘Carta Régia sobre o Trato da Guiné [22 de Fevereiro de 1502]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 2, pp. 5-7, estipulava que “a dita ordem [de Cristo] há dauer a vintena de outro, escrauos e todalas mercadorias que vierem das partes de Guiné e da Jndias (...)” (p. 5).

<sup>130</sup> Vide ‘Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal [5 de Março de 1607]’, *MMA*, 2ª Série, v. IV, doc. 52, pp. 223-228 (“A experiencia me tem mostrado que nem na Ilha nem cá podemos uiuer sem escrauos. E assi sou forçado cõprar alguns”) (pp. 227-228).

<sup>131</sup> José Andrés-Gallego & Jesús María García-Añoveros, *La Iglesia y la esclavitud de los negros*, Parte II, discutem pormenorizadamente todos esses títulos.

Os desenvolvimentos legislativos dirigiram-se predominantemente para estabelecer limites comerciais ao tráfico de escravos<sup>132</sup>, fixar o sentido de questões obrigacionais a ele inerentes<sup>133</sup> ou ainda estabelecer o quadro normativo fiscal e financeiro em que deveriam decorrer<sup>134</sup>. Não significa que a legislação não tivesse determinadas manifestações de alguma humanidade. Teve-as num sentido logicamente distante do termo, precisamente no quadro de alguma protecção ao escravo ou ao liberto no quadro da sua “manumissão” ou fixação de condições de tratamento focando o seu corpo (vida<sup>135</sup> e integridade física<sup>136</sup>) e a sua alma (obrigando os proprietários a baptizá-los para lhes garantir a salvação<sup>137</sup>). A haver, portanto, qualquer

<sup>132</sup> Por exemplo, a fixação de produtos defesos de importação para Cabo Verde e transacção nos resgates da Guiné previstos pelas Ordenações do Rei D. Manuel (ferros, manilhas de latão e de estanho, panos da Índia, etc.) (Extracto relevante das Ordenações Manuelinas) [24 de Março de 1514] presente em *HGCv-CD*, v. I, doc. 86, pp. 235-237).

<sup>133</sup> A título ilustrativo, note-se que se permitia o “engeitamento” de escravos da Guiné se este havia sido entregue “doente, ou manco da doença, ou manqueira”, desde que feito no prazo de um mês a contar do dia em que foi entregue, sob pena de prescrição desse direito, aplicando-se outras regras para transacções em que vendedor e comprador não estivessem no mesmo lugar (‘Legislação da Escravatura na Guiné [24 de Março de 1514] [na realidade ‘Ordenações do Senhor D. Manuel, Liv. IV, tit. XVII]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 24, pp. 67-68).

<sup>134</sup> Cf., e.g., ‘Escravos da Guiné e Cabo Verde para as Índias de Castela [1 de Junho de 1647]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. V, doc. 185, p. 487 (autorizando aos moradores de Cacheu e de Cabo Verde a venda de escravos para as Índias de Castela e determinando o pagamento das fianças em Cabo Verde), ou a ‘Lei acerca dos direitos dos escravos [10 de Dezembro de 1647]’ in: Id., doc. 204, p. 525 (com objectivo de evitar uma dupla-tributação, determinando que o pagamento dos direitos dos escravos fosse feito à Fazenda Real nas partes donde saíssem), no entanto estabelecendo-se, através do ‘Álvará sobre a escravatura da Guiné [20 de Dezembro de 1647]’ in: Id., doc. 205, p. 526, que, no caso dos escravos embarcados da Guiné para Cabo Verde, os direitos deveriam ser pagos em Santiago.

<sup>135</sup> Conforme a ‘Carta de Perdão a João Fernandes [19 de Maio de 1513]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 21, pp. 59-60, o homicídio de escravos próprios era considerado crime ainda que provavelmente perseguido de forma mais leniente.

<sup>136</sup> Por exemplo, já em finais do Século XVII, foi aprovada uma lei sobre o transporte transatlântico de escravos, que, *inter alia*, obrigava, sob pena de aplicação de sanções criminais, as embarcações a ter espaço suficiente durante a viagem e garantir alimentos e água suficiente para a deslocação, tratamento médico e medicamentoso e amparo espiritual para os escravos (Vide ‘Álvará, e Regimento da ordem, com que se hão de embarcar os Negros captivos de Angola para o Estado do Brasil [18 de Março de 1684]’ in: *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes Posteriores a’ Nova Compilação das Ordenações do Reino publicadas em 1603*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819, que, apesar do nome abarcava não só os navios negreiros de Angola, como também os que “costumam carregar em Cabo Verde, em S. Thome, e nas mais Conquistas (...) (Preâmbulo)).

<sup>137</sup> Cf. ‘Baptismo dos escravos da Guiné [24 de Março de 1514] [na verdade ‘Ordenações do Senhor D. Manuel, Liv. IV, tit. XCIX]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 25, pp. 69-70, obrigando ao baptismo dos escravos em até seis meses, podendo os maiores de dez anos ser baptizados somente com o seu próprio consentimento, provado pela presença de testemunhas. Esta lei foi confirmada globalmente pela ‘Legislação sobre Baptismo dos Pretos da Guiné [29 de Janeiro de 1643]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. V, doc. 123, p. 360.

controvérsia jurídica no tocante à escravatura da Guiné, ela estaria ligada às condições da escravatura e não à sua licitude intrínseca.

## 2.4. Aplicação do regime e eficácia do sistema

No entanto, não é na construção sistémica, mas principalmente na aplicação e eficácia que residiam os problemas do regime jurídico vigente. Primeiro, relativamente aos normativos de interesse da Coroa pode-se concluir que os monopólios e as limitações régias eram frequentemente desrespeitados pelos moradores de Santiago e por outros intervenientes do comércio de africanos da Guiné. As figuras emblemáticas dos lançados e *tangomaos*, por definição *outlaws*, são suficientemente elucidativas, já que se colocavam temporária ou permanentemente fora do âmbito de aplicação das leis da Coroa Portuguesa. Estes tentavam se furtar à influência directa da jurisdição régia, portanto não contando o monarca com a lealdade de seus súbditos – reinóis, luso-cabo-verdianos ou luso-africanos – sendo que também os efeitos extra-territoriais desses actos normativos destinados ao seu controlo não eram muito mais eficazes. Os régulos africanos tiravam proveito dos contactos comerciais desses intermediários, e, ao invés de reprimirem a sua actividade, nos moldes autorizados pelas regras aprovadas pela Coroa portuguesa, protegiam-nos<sup>138</sup>. Para além disso, as potências estrangeiras ao rejeitarem qualquer legitimidade jurídica aos monopólios comerciais invocados por Portugal, não se coíbiavam de tentar o acesso directo aos bens exportáveis da Guiné, designadamente aos humanos, bem como, através de actividade de corso, se apropriar da carga das embarcações portuguesas<sup>139</sup>.

<sup>138</sup> Cf. *Manuscrito 'Valentim Fernandes'*, p. 82 (f. 115), contando que “Em casa deste rey [de Casamansa] há muytos christãos portugueses estâtes mercadores que tractã cõ aquelles negros”; André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. III, mencionado a residência dos “nossos debaixo da protecção e guarda do Alcaide que o Rei tem ali posto (...)” (p. 39) e igualmente Jean Boulegue, “L’impact économique et politique des navigations portugaises sur les peuples côtiers. Le cas de la Guinée du Cap Vert (XV-XVI Siècles)”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, v. 34, 1988, pp. 431-437.

<sup>139</sup> Este aspecto é objecto de tratamento por Ilídio Cabral Baleno, “Pressões externas. Reacções ao corso e à pirataria” in: *HGCV*, v. II, pp. 125-188.

Segundo, no que diz respeito às regras de protecção aos escravos e de ‘humanização’ da escravatura, o sucedâneo negativo de uma eventual proibição absoluta, também não produziu efeitos palpáveis na prática. Foi tardiamente adoptada. O facto é que as condições concretas de transporte estavam longe de corresponder ao que havia sido estipulado pela Lei de 1684, pelo menos na maior parte dos portos e navios. Notando-se, outrossim, desumanidades grosseiras em todo esse processo<sup>140</sup>. Nem sequer a comparativamente mais exequível obrigação de baptismo e catequização era cumprida pelas autoridades<sup>141</sup>, levando, por exemplo, a ataques ao próprio sistema escravista daqueles que ainda achavam possível compatibilizá-lo com a religião cristã<sup>142</sup>.

Terceiro, no concernente ao ponto que mais nos interessa neste ensaio, o da aplicação normativa e fiscalização da presença dos pró-

<sup>140</sup> Como destacava, no início do Século XIX, Luís António de Oliveira Mendes, ‘Discurso académico ao programa: determinar com todos os seus sintomas e doenças agudas, e crónicas, que mais frequentemente acometem os pretos recém-tirados da África: examinando as causas da mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança de clima, e a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo: tudo isto deduzido da experiência mais sisuda, e fiel [1812]’ Reproduzido por António Carreira, *As Companhias Pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2.ed., Lisboa, Presença, 1982, Anexos, doc. 11: “Reduzido o homem preto livre à escravidão na África, ou porque a ela assim foi julgado, ou por efeitos da piratagem, e de aleivosia, como fica dito, é o indivíduo da espécie humana o mais infeliz, que se pode considerar; porque desde logo é lançado a ferros, aonde só come o que os primeiros inimigos da humanidade e tiranos lhe querem dar” (Ibid., cap. III, p. 378), completando que “(...) aportanto pois anualmente e quase diariamente um sem número de pretos escravos transportados de toda a costa de África ao Brasil, parece que resfolegando a humanidade oprimida, seria um dia de triunfo, de glória, e de prazer para a mesma humanidade, que escapando, e salvando tantos perigos, entrava no Cristianismo, no centro, e na unidade da Igreja; porém assim não sucede, porque não sei se diga, que o remanescente de seus dias é mais infeliz, e mais desgraçado” (Ibid., pp. 385-386).

<sup>141</sup> Cf. esta discussão em Daniel Pereira, “Cabo Verde – Catequização e baptismo de escravos (1690-1700)”, pp. 203-237.

<sup>142</sup> Era o caso do Bispo de Cabo Verde Vitorino Portuense, para quem “ofende as almas dos Gentios permitindo que se ponham em perigo evidente da sua perdição porque se bem se sabe embarcar é perigo de vida, e por isso se confessam todos os negros temerosos de Deus quando se embarcam. E os pobres captivos embarcados ainda têm dobrados perigos de vida como conheci algumas vezes que foi seu parceiro nas embarcações. E se é de fé que se não salva, o que morre Gentio, ninguém poderá negar que se ofende muito a estas Almas, permitindo que se embarquem sem baptismo (...). E quando se esperava que se mandasse praticar aquela Ordenação Real, e por pena aos Senhores negligentes em dar instrução necessária aos escravos Gentios, que de direito Divino, Natural e Eclesiástico deve preceder ao Baptismo, vejo pela queixa do Governador vem esta carta dos Ministros de Vossa Majestade ferindo fogo (...)” (‘Carta do bispo de Cabo Verde, D. Frei Vitoriano Portuense, de 13 de Julho de 1700, ao rei D. Pedro II, apresentando algumas queixas’, p. 232).

prios títulos de legitimação, apesar de poderem ser apontadas algumas excepções, como a relatada por alguns observadores da libertação de determinados escravos mal cativados em guerras injustas pelo Capitão Tinoco<sup>143</sup>, como regra, a eficácia dessas normas no espaço referido não parece ter sido muito acentuada, pelos menos nas suas principais dimensões. Fora de círculos mais intelectuais de debate, o problema da forma como os cativos eram feitos<sup>144</sup>, apesar de conhecido, não parece ter constituído um tema de debate que transcendesse a esfera dos interesses dos burgueses locais na manutenção do sistema e muito menos de controvérsia generalizada. Se o foi, naturalmente não impediu a prossecução normal das actividades habituais das Ilhas.

A guerra justa era um dos principais títulos jurídicos da escravatura, plenamente aplicada no espaço Oeste Africano. Fora também título bastante para a “servidão” no período romano e parte do medieval, mas tinha sido afastado das guerras entre cristãos como base de justificação da escravatura. Ocupava uma posição ambígua em todo o processo, pois se, por um lado, gerava um efeito legitimatório forte, por outro, a adequação fáctica necessária à sua invocação era automaticamente pressuposta, sem que, na maior partes dos casos, alguém se desse ao trabalho de confirmar a presença das suas condições<sup>145</sup>. No fundo qualquer guerra entre nações africanas era, acto imediato, considerada justa para efeitos de legitimação dos apres-

<sup>143</sup> Este acontecimento foi relatado, por exemplo, pelo Padre Barreira, ‘Dos escravos que saem de Cabo Verde [1 de Agosto de 1606]’, doc. 52, pp. 190-199, de acordo com o qual “ (...) Estes Manes não tendo recebido agravo algum desta naçam, nem lhe pertencendo por alguma uia, entraraõ nos seus Reinos, matando e comendo os que lhes resistiam, especialmente os Reis e gente principal (...) dahi a alguns annos hum Capitam desta mesma Ilha, informado da justiça deste cativoiro, deu liberdade a todos que a requereram e prouaraõ que foraõ catiuos deste maneira” (pp. 192-193).

<sup>144</sup> Por exemplo, basta ver o livro do almoxarifado de 1516 publicado na *HGCV-CD*, v. II, para se ter a imagem que o comércio dos africanos da Guiné correspondia a *business as usual* nas Ilhas de Cabo Verde.

<sup>145</sup> Como confessaria o Padre Baltasar Barreira da Companhia de Jesus, “O que em geral se pode diser por parte dos negros que neste Guiné, chamado Cabo Verde, se vendem e compram, hé que nenhum exame se faz sobre o titulo do seu cativoiro, nem há quem pergunte por ele” (‘Dos escravos que saem de Cabo Verde [1 de Agosto de 1606]’, p. 190).

mentos bélicos<sup>146</sup>. Por isso, em princípio, todo o cativo de africanos era tido por lícito, na medida em que sempre se pressupunha terem sido capturados em guerras justas. Adicionalmente, desde o início do processo, as próprias autoridades régias, começando pelo rei, não só incentivavam indirectamente<sup>147</sup>, como, por vezes, obrigavam os nativos a fazer guerras sem qualquer justificação aparente que não fosse directamente a facilitação do acesso aos cativos da Guiné, sob pena de contra eles autorizar intervenção bélica!<sup>148</sup>. Neste sentido, os operadores se aproveitavam para, se necessário fosse, transvestir a realidade material a fim de garantir compatibilidade formal<sup>149</sup>.

Outra causa de justificação determinante derivava da aplicação de instituições de direito interno de diversas nações oeste-africanas, cujos contornos eram considerados estranhos na visão do observador europeu ou europeizado. Não havia em concreto qualquer problema substantivo com a possibilidade da escravatura decorrer da aplicação de uma sanção criminal. Não só o Direito Romano já a previa ancestralmente<sup>150</sup>, como o próprio Direito Português do período,

<sup>146</sup> Conforme um dos documentos mais importantes do período, “cualquiera pelea de una mujer com outra, de palabra, llaman guerra” (‘Informe y relación que Fr. Francisco de la Mota, Viçeprefecto de la mision de religiosos capuchinhos de las costas de Guinea y sus compañeros hacen a Su Magestad que Dios guarde el Rey de Portugal del modo com que los negros de dichas costas y rios se compran y son reducidos al catiueiro [14 de Abril de 1686]’, p. 126).

<sup>147</sup> Cf. e.g., Walter Hawthorne, “The production of slaves where there was no state: The Guinea-Bissau region, 1450–1815”, *Slavery & Abolition*, v. 20, n. 2, 1999, pp. 97–124.

<sup>148</sup> Isto é patente, por exemplo, na ‘Carta Régia ao Infante D. Luís [27 de Março de 1532]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 72, pp. 226–229, na qual D. João faz doação de uma parte – as Ilhas de Buão – da Guiné e que segue com a seguinte autorização: “(...) não querendo os negros que ora viuem e ao diante viuerem e estiurerem nas ditas jlhas fazer por sua vontade resgate com os sobbreditos, que elle lhe [s] posa mamdar vender em meus Reynos ou fora deles, homde mayls lhe aprouver, pagandome dos que asy por guerra se tomarem, os direitos que se pera mim recadã dos espravos que se resgatam per tratto e resgate nas partes da Guinee” (p. 227).

<sup>149</sup> Veja-se António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, p. 91 (“Com o objectivo de fomentar o negócio, os traficantes empregavam todos os estratagemas e embustes, os mais sórdidos e ignóbeis, para obter o maior número de escravos. As intrigas urdidas junto dos régulos, chefes e adivinhos, ou de elementos a eles affectos; o incitamento à guerra ou a operações de razia pelo acirrar de desinteligência latentes entre régulos vizinhos, fornecendo os negociantes, a uns e outros, às escondidas, armas e munições com o compromisso de serem pagos exclusivamente em escravos; (...) e muitos outros métodos de explorar psicologicamente os africanos, tudo isso contribuiu também para avolumar as apanhas de escravos e para inundar os mercados de mão-de-obra”).

<sup>150</sup> Seguir William Warwick Buckland, *The Roman Law of Slavery. The Condition of the Slave in Private Law from Augustus to Justinian*, p. 403 e ss.

consagrado nas *Ordenações do Reino*, continuava a agasalar esta instituição<sup>151</sup>. Outrossim, era na configuração material e instrumental do Direito Criminal local que atraía o grosso das observações críticas. Primeiro, os crimes puníveis com a escravatura permanente não eram considerados muitas vezes com gravidade suficiente para proporcionar esse tipo de sanção<sup>152</sup>; segundo, ultrapassava-se o âmbito individual da responsabilidade para se alcançar a punição colectiva da família por delitos alegadamente cometidos por um dos seus integrantes<sup>153</sup>; terceiro, a utilização disseminada dos julgamentos dos Deuses como meio de prova<sup>154</sup> - também comuns na Europa Medieval como ordálios<sup>155</sup> -, na medida em que dependiam da manifestação de entidades sobrenaturais, para mais de ídolos na visão cristã, causava repulsa aos observadores externos, levando-lhes a inquinar todo o processo de estabelecimento da culpa; quarto, os líderes comunitários e os poderosos da terra manipulavam o sistema para defender os seus interesses mais egoístas<sup>156</sup>. Assim, como no caso da guerra justa, enquanto uns desconsideravam os aspectos internos relacionados ao

<sup>151</sup> Cf. Margarida Seixas, “O escravo no direito penal português moderno: breves notas para o estudo de um regime jurídico” in: *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 277-300.

<sup>152</sup> Na ‘Proposta a Sua Magestade; sobre a Escravaria das terras de Conquista de Portugal [Século XVI? Século XVII?]', p. 850, sublinha-se que “o título da condenação a catieiro perpetuo, com razão se deue ter por muito duuidoso nas mesmas partes, e especialmente de Guiné, e Cafraria, porque infinitos são os que desta maneira são injustissimamente condenados a servidão por leuissimas causas, ou por qualquer paixão dos seus senhores” (ênfase adicionada).

<sup>153</sup> Como explanado pelo Padre Barreira, também conhecedor da região: “(...) como chegão ao que querem condenar, fazem que abaixe a cabeça, com o que dis que si; lancão então mão deste e se o não mataõ uendem no e confiscaõ lhe todos os seus bens, e uendem lhe os filhos e molheres (...)” (‘Dos escravos que saem de Cabo Verde [1 de Agosto de 1606]’, p. 196) (ênfase adicionada).

<sup>154</sup> Ver, por exemplo, Esther Warner, “A Liberian Ordeal” in: Paul Bohannan (ed.), *Law & Warfare. Studies in Anthropology of Conflict*, Austin/London, University of Texas Press, 1980, pp. 271-275.

<sup>155</sup> William J. Tewksbury, “The Ordeal as a Vehicle for Divine Intervention in Medieval Europe” in: *Ibid.*, pp. 267-270.

<sup>156</sup> O relato do Padre Barreira, ‘Dos escravos que saem de Cabo Verde [1 de Agosto de 1606]’, p. 195, é ilustrativo (“quando para aueriguar estes e outros dilitos nam há proua bastante, ajudaõse do iuramento que chamã da agoa vermelha, o qual se faz certas cascas de aruores, e outros materiais peçonhentos, e a fazem tomar aos acusados em muita cantidade; se o tornam a lançar pella boca e não morrem com ella ficam livres da culpa que lhes punhaõ e o acusador lhes paga da sua fazenda tanto que ouuera de pagar se os mata; mas se morrem fica prouado que cometerão o dilito de que e lancão lhe mão da fazenda, filhos e molheres; mas há nisto hum engano, que quando querem que hum não morra com esta beberajem, ou a fazem branda, ou lhe dão de beber secretamente antes, cantidade de azeite ou algum preseruativo, ou depois de a beber alguma erua contra peçonha, de que esta terra hé bem prouida, e quando querem que morra refinaõ a beberajem com alguma peçonha que o faça logo ar[r]bentar, qual hé o fel de crocodilo (...).”).



funcionamento concreto do sistema criminal, outros utilizavam precisamente os percalços do Direito local para provar ou pôr em dúvida a ineficácia da aplicação dos títulos jurídicos da escravatura no espaço oeste-africano<sup>157</sup>.

### **III. Dúvidas e acomodação de um profissional do tráfico: os escrúpulos do Capitão André Álvares d’Almada no meio da incerteza dos títulos de escravidão e bens da salvação**

É neste contexto que o nosso autor André Álvares d’Almada (1555-cerca 1650)<sup>158</sup> vai se pronunciar sobre a problemática. Nasce no início da segunda metade do Século XVI (1555) na Ilha de Santiago no seio de uma família de moradores envolvidos no comércio da Guiné, tal como, aliás, de forma directa ou indirecta, todos os “vizinhos” da Ribeira Grande. Sabe-se que, do lado paterno, era filho de Cipriano Álvares d’Almada, personalidade importante na comu-

<sup>157</sup> Posição que não deixava de ser igualmente radical haja em vista que observadores vários notaram a existência de certos mecanismos de legitimação e controlo da guerra nesses ordenamentos jurídicos. Ver *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 89 (f. 129 r.), que aponta entre práticas nesse sentido entre os Temjis (“El rey se quer fazer guerra ajuntase os velhos e ham seu cõselho. E se lhes parece a guerra nõ ser licita ou a parte cõtraya mais poderosa dizem a el rey que lhe nõ querem ajudar e ordena pazes ajnda que el rey nõ quer (...”).

<sup>158</sup> Sobre o nosso autor, Diogo Barbosa Machado, Verbete ‘André Álvares de Almada’ in: *Bibliotheca Lusitana historica, crítica e cronologica*, Lisboa, Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, p. 136; id., Verbete ‘André Álvares de Almada’ in: *Summario da Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Oficina de António Gomes, 1786, t. I, p. 61; Luís Filipe Bastos, Verbete “André Álvares de Almada” in: Luís de Albuquerque (dir.) & Francisco Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, s. l., Caminho, 1994, v. I, p. 51, e, especialmente, Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e da Guiné*, pp. 163-165 (“ (...) no quadro dos filhos illustres de Cabo Verde figura André Alvares d’Almada em primeiro logar”); para apresentações de aspectos da obra, Vicome de Santarem, *Notice sur André Alvarez d’Almada et sa Description de la Guinée*, Paris, Arthus Bernard, 1842, José da Silva Horta, *A ‘Guiné do Cabo Verde’: Produção Textual e Representações (1578-1684)*, Dissertação de Doutoramento em História da Expansão Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, p. 192 e ss; Rogério Miguel Puga, “O Discurso (Etnográfico) da Alteridade no *Tratado Breve dos Rios da Guiné e do Cabo Verde* (1594) de André Álvares de Almada” in: *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Actas, Lisboa, FCSH/UNL, 2005 (Disponível na página web [http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat\\_view/75-coloquios-e-congressos/76-espaco-atlantico-de-antigo-regime.html?start=90](http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/75-coloquios-e-congressos/76-espaco-atlantico-de-antigo-regime.html?start=90), acesso a 5 de Dezembro de 2011), e Raul Mendes Fernandes, “André d’Almada: um certo olhar ‘renascentista’”, *Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica do Programa de Doutoramento Pós-Colonialismo e Cidadania Global*, n. 2, 2007, disponível em <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php>.

nidade<sup>159</sup>, e neto de João Álvares d'Almada<sup>160</sup>. A mãe era tida por “parda”<sup>161</sup>. Mulato, numa sociedade impelida, apesar da importância simbólica da pureza de sangue, a transigir racialmente, tolerando a mestiçagem<sup>162</sup>, como demonstra a reivindicação de acesso aos “ofícios do comçelho” dirigida pelos vizinhos e moradores baços e pretos da Ilha de Santiago a El-Rei<sup>163</sup>, Almada era um homem da governação local, tendo ocupado ao longo da sua carreira posição proeminente nos órgãos de poder local, designadamente na Câmara Municipal<sup>164</sup>. Atesta-o o facto de ter sido incumbido de importantes missões, designadamente de tratar da deslocação dos jesuítas para Cabo Verde<sup>165</sup>;

<sup>159</sup> Ainda em 1614, aparece o seu nome entre os anciãos ilustres da cidade que assinam missiva a D. Felipe queixando-se do ex-Governador Francisco Martins de Sequeira (v. ‘Carta dos Cidadãos de Cabo Verde a el-Rei D. Filipe II [1614]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. IV, doc. 135, pp. 566-567).

<sup>160</sup> Vide ‘Vizinhos da cidade da Ribeira Grande de 1560 a 1648, lista elaborada por Iva Cabral’ in: *HGCV*, v. II, Apêndice, p. 515.

<sup>161</sup> Ver o processo de ‘Concessão do Hábito de Cristo a André Álvares de Almada [19 de Agosto de 1598]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. III, pp. 428-430.

<sup>162</sup> Cf. Gabriel Fernandes, *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis, Editora da UFSC, 2002, pp. 25-52; João de Figueirôa-Rêgo & Fernanda Olival, “Cor da Pele, distinções e cargos: Portugal e espaços portugueses (séculos XVI-XVIII)”, *Tempo*, n. 30 (Dossier: Pureza, Raça e Hierarquias no império colonial português), 2011, pp. 115-145; Zelinda Cohen, “A Carta de 1546 no Percurso da Integração de Baços e Pretos na Ilha de Santiago” in: José Luís Hopffer Almada (coord.), *O Ano Mágico de 2006. Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdianas*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008, pp. 131-145, com diversas leituras.

<sup>163</sup> Veja-se ‘Carta dos Moradores de Santiago a El-Rei [26 de Maio de 1546]’ in: *MMA*, 2ª Série v. II, doc. 117, pp. 386-387, e Zelinda Cohen, “A Carta de 1546 no Percurso da Integração de Baços e Pretos na Ilha de Santiago”, pp. 131-145, para comentários críticos.

<sup>164</sup> O nome de Álvares Almada aparece em várias petições da Câmara Municipal no Século XVII (cf. ‘Carta da Câmara da Ribeira Grande sobre Gaspar Vogado [16 de Março de 1647]’ e ‘Carta da Câmara da Ribeira Grande a el-Rei D. João IV [17 de Março de 1647]’ in: *MMA*, 2ª Série, v.V, docs. 178 e 180, pp. 472-473; 476-477).

<sup>165</sup> O Capitão relata na sua obra a insistência junto às principais autoridades do reino para levar os inácianos para a região: “(...) Por certo ousarei afirmar, que à falta de quem pregue a palavra de Deus perecem muitas almas, que se podiam salvar em muitas partes da Guiné. Lembra-me, que no Conselho de Portugal em Lisboa e em Madrid, fiz lembrança a Sua Majestade quanto serviço faria o Nosso Senhor em fundar na Ilha de S. Tiago uma casa dos Padres da Companhia ou outros Religiosos, porque estes fariam nas Ilhas e na Guiné muitos serviços a Deus e a S. Majestade; e dando-lhes o que dá para o Seminário, o qual não faz fruto nenhum, e o que dá para os púlpitos da Ilha de S. Tiago e a do Fogo, e com as esmolas da terra, se sustentarão e pregarão em todas as Ilhas, nas Quaresmas, Adventos e Festas do Ano. E da Ilha irão aos rios da Guiné onde farão muito fruto, onde até presente não se vê fazer mais que mandarem os Bispos visitar os lançados, aos quais absolvem de todos os casos, posto que reservados, e neles os tornam a deixar, e desta maneira ficam vivendo no mesmo pecado. Como cristão e desejoso de ver a Fé aumentada naquelas partes tratei disso aqui” (André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. IX, p. 76).

de levantar a questão da mudança da cidade para a Serra Leoa<sup>166</sup>; dos indícios de viagens a Lisboa e Madrid para tratar de assuntos de ‘Estado’<sup>167</sup> e, sobretudo, por ter sido reconhecido pelo Rei merecedor do hábito da Ordem de Cristo, não obstante o apontado ‘defeito’ familiar que se lhe encontrara<sup>168</sup>. Mesmo após o falecimento de André por volta do fim da primeira metade do Século XVII, a família Almada manteve-se destacada na estrutura social, económica e política das Ilhas por muito mais tempo<sup>169</sup>.

Almada vive numa remota, mas conjunturalmente importante, região do império ultramarino português justamente no instigante período marcado pelo reinado de D. Sebastião, depois pela União Ibérica liderada pelos soberanos Habsburgos de Espanha e finalmente pela Restauração. As ilhas de Cabo Verde, evidentemente, são afectadas pela dinâmica da vida imperial para o bem e para o mal. O triste fim do Venturoso em Alcaçer-Quibir levaria, se não internamente, pelos menos aos olhos de terceiros, à fusão de interesses castelhanos e portugueses, significando que as possessões portuguesas passaram a chamar ainda mais a atenção de todos os Estados concorrentes da superpotência europeia da época<sup>170</sup> – a Espanha<sup>171</sup>. Assim, França,

<sup>166</sup> O autor conta na sua *opus magnum* que “haverá como 14 anos que fui eleito nela pelo povo para vir tratar com S. Majestade sobre se povoar a Serra, e eles se passarem a ela, governando o Dr. Gaspar de Andrade a Ilha, e tratando com ele este negócio em segredo me disse, que cumpria ao serviço de S. Majestade estar eu nela para seu serviço e não se falar por entences neste negócio da Serra, porquanto se houvesse efeito desamparariam a Ilha” (Ibid., cap. XIX, p. 131).

<sup>167</sup> O autor dá-lo no trecho já citado (Ibid., p. 76; 131); ver igualmente para o contexto destas diligências de Almada, Nuno da Silva Gonçalves, *Os jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, p. 109 e ss.

<sup>168</sup> Neste particular, veja-se Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e da Guiné*, pp. 163-165, que transcreve documentação e conta pormenores da sua nomeação como Cavaleiro da Ordem de Cristo, não obstante o ‘defeito’ de ser mulato, e ‘Concessão do Hábito de Cristo a André Álvares de Almada [19 de Agosto de 1598]’, *passim*.

<sup>169</sup> No geral, vide Iva Cabral, “António de Barros Bezerra de Oliveira, o ‘Régulo da Ilha’ de Santiago (Estudo Prosopográfico de uma Família Oligárquica)”, pp. 147-171, que no seu estudo sobre António de Barros Bezerra de Oliveira, fala na criação de um clã Almada/Bezerra (p. 160) e aponta sobre André Álvares que “(...) seus descendentes constituíram famílias que dominaram a sociedade cabo-verdiana durante dois séculos” (p. 153).

<sup>170</sup> Ver António Correia e Silva, “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico”, p. 15 (“A União Ibérica, ao colocar, em 1580, as coroas portuguesa e espanhola sob a autoridade do mesmo rei, D. Filipe II de Espanha, I de Portugal, vai aprofundar até ao extremo do confronto aberto, o antagonismo (...)).”

<sup>171</sup> Cf. Wilhem Grewe, *The Epochs of International Law*, Parte II, que classifica o período que decorre de 1494 a 1648 de “Era Espanhola” da ordem internacional.

Inglaterra e Províncias Unidas, motivadas pelo acesso a recursos económicos e impelidas por disputas hegemónicas na Europa, intensificaram os ataques de corsários aos navios das Ilhas e desrespeitaram ostensivamente as linhas de demarcação monopolística reivindicadas pela Coroa Portuguesa em África.

Ainda assim, na data em que o *Tratado Breve* é escrito, a decadência de Santiago como entreposto do comércio transatlântico, não era definitiva, apenas preocupante. O domínio filipino fez com que as Ilhas, enquanto parte *de facto* do Império Habsburgo, tivesse que lidar com novos desafios. Mas também a União, pelo volume de negócios que gerava com a venda de ‘escravidão’ às ‘Índias de Castela’, permitia que os mercadores locais mais abonados continuassem a participar do lucrativo empreendimento. Por conseguinte, lideranças locais como Almada, tentavam na época encontrar soluções para viabilizar economicamente a Ilha face a sinais pouco auspiciosos sobre a sua capacidade para fazer face às ameaças, especialmente a tendência de diminuição do seu papel no tracto de seres humanos e a sua própria sustentabilidade.

Almada, que de profissão era capitão (de terra<sup>172</sup> e mar<sup>173</sup>), participava do dito resgate. Dessa experiência náutica e mercantil resultará a primeira obra escrita por um cabo-verdiano, o *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde* de 1594. O objectivo de Almada com o seu escrito não aparentava ser mais do que proporcionar ao leitor um relato sobre as suas viagens e observações na Costa do ocidente africano, designadamente de cariz geográfico e etnográfico. E por isto é lembrado e citado por grande parte daqueles que têm pesquisa-

<sup>172</sup> O nosso grande historiador novecentista, Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e da Guiné*, p. 163, destaca o papel de Almada como capitão de uma companhia de ordenanças, na defesa da cidade, “(...) accudindo a todos os rebates, que se faziam contra os inimigos e piratas inglezes, que infestavam aquelles mares. Tornou-se muito notavel, como valente soldado, no tempo do capitão geral Braz Soares, em que se viu muito apertado pelos inimigos, que pretenderam saquear a fortaleza; com tanto ânimo e valor assignalado, combatia e portando-se com a mesma bravura das outras vezes, em que sempre desbaratava o inimigo, causando-lhe muitas baixas (...)”.

<sup>173</sup> Como decorre da obra que escreveu e do facto de ser apontado como “prático nas ditas partes” da Guiné, tendo, nas suas palavras, visto “a maior parte dela” e tratado “de muitos rios, metendo-me por eles várias léguas (como foi pelo Gâmbia 150 léguas)” (André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde*, Prólogo, pp. 21-22).

do sobre essa região<sup>174</sup>. No âmbito mais político de análise, pode-se dizer que o seu tratado, no fundo, fazia a descrição de uma realidade política e jurídica externa, chamando a atenção para algumas características dos povos com os quais os ‘portugueses’ e luso-cabo-verdianos negociavam, as dificuldades comerciais, a competição de outras potências, fazendo a propósito recomendações sobre os procedimentos mais adequados e eficazes para a defesa dos interesses locais. Por estes motivos é mais facilmente classificável como uma obra de estratégia política, do que de teoria teológica, moral ou jurídica.

Ainda assim, as considerações que ele faz são de grande interesse para se compreender a intrincada problemática da legitimidade jurídica desses resgates<sup>175</sup>. Não que neste quadro Almada estivesse a afastar-se do viés pragmático com o qual trata da questão, pois, a rigor, pretendia singelamente identificar situações e condições de facilitação do acesso aos bens existentes na Guiné, inclusivamente ao seu mercado de escravos, para os seus conterrâneos. Será somente nas entrelinhas deste objectivo principal que emergem os comentários que revelam os escrúpulos de um participante do tráfico e a contemplação crítica da sua própria actividade profissional. Sem embargo das contradições que essa posição engendra, não deixa de ser curioso e louvável que alguém directamente interessado e envolvido em tais operações tenha externado interrogações sobre a sua legitimidade. Almada, no entanto, era um personagem complexo, cujos escritos revelam a tentativa de equilibrar vários valores, designadamente a defesa dos interesses políticos da Coroa portuguesa, os económicos dos moradores de S. Tiago e os evangélicos da Igreja Católica<sup>176</sup>. Neste

<sup>174</sup> Por exemplo, John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*, *passim*, e, em especial, Rogério Miguel Puga, “O Discurso (Etnográfico) da Alteridade no *Tratado Breve dos Rios da Guiné e do Cabo Verde* (1594) de André Álvares de Almada”, *passim*.

<sup>175</sup> Cf. Avelino Teixeira da Mota, “O manifesto antiesclavagista dos últimos capuchinhos espanhóis de Bissau (1686)” in: *As viagens do Bispo d. Frei Vitorino Portuense e a cristianização dos reis de Bissau*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, pp. 41-54, p. 47, referindo-se a Almada.

<sup>176</sup> Seguir, por exemplo, este trecho: “E esta povoação dos nossos está habitada de muita gente, e há quaresma que se confessam 700 e 800 pessoas entre brancos e pretos e não falta mais que pôr S. Majestade justiça nela querendo-a fazer vila; e dessa maneira se aumentará a fé, porque hoje não falta para isso mais que quem pregue a palavra de Deus nela, e faça

quadro, o seu pensamento e propósitos transcendem meros interesses pessoais, permitindo-lhe também questionar o comércio do qual se beneficiava.

O nosso André provavelmente não conhecia ao pormenor os grandes tratados teológicos, jurídicos e morais que ampararam as discussões sobre a escravatura, porém era evidentemente um indivíduo educado<sup>177</sup> e sobretudo versado na dimensão pragmática dos títulos de redução à escravatura<sup>178</sup>. Isto permitiu-lhe intuir que a sua aplicação no contexto do tráfico da Guiné estava longe de ser ortodoxa. Por conseguinte, tanto a escravatura resultante de decisões judiciais como a que decorria da guerra justa suscitam-lhe seríssimas dúvidas. As sanções criminais eram aplicadas após processo de idoneidade duvidosa, dependendo de ordálios africanos, baseados na utilização disseminada do ferro ou da água quente<sup>179</sup> ou da chamada água ver-

---

justiça, porque a não há nesta partes entre esses lançados, e bem se pudera pôr justiça nesta aldeia, e no Porto da Cruz do Rio Grande, do qual adiante se tratará. Os nossos que estão nesta aldeia têm tratos para os outros rios e para a Costa, onde vão e mandam tratar em lanchas e outras embarcações com os Ingleses e Franceses, levando-lhes couros, cera, e marfim; e o pior é que levam às ditas partes escravos a vender aos Jalofo, a troco de ferro, que muitos deles poderiam ser cristãos, e dessa maneira o não são; e além de não o serem se vendem alguns aos mouras, o que se deve sentir” (André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. IX, p. 74).

<sup>177</sup> Uma pequena sinopse sobre a educação no período em que Almada viveu pode ser encontrada em Elías Alfama Moniz, *Africanidade versus Europeísmos: pelejas culturais e educacionais em Cabo Verde*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009, p. 213 e ss.

<sup>178</sup> André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. IV, p. 45, destaca que “os escravos que hão e vendem cativam em guerras, e outros sentenciados em juízo”. Em sentido similar, a síntese, condensação e desenvolvimento feitos pelo ‘Parecer sobre o comercio de escravos na costa africana [finais do Século XV-Inícios Século XVI]’ Reproduzido integralmente em Nuno da Silva Gonçalves, *Os jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Apêndice II: Documentos inéditos, p. 401, de acordo com o qual “os títulos justificantes de cativoiros são 4: o 1.º de guerra justa; o 2.º dos que de pays e avós erão já cativos; o 3.º dos que estavam para o talho, o 4.º daquelles que por delictos graves estavam condenados à morte ou ao cativoiro perpetuo segundo as leis ou costumes das terras, não approvando porem o cativoiro daquelles que o incorrerão por furtos leves ou delictos de pouca substancia”.

<sup>179</sup> São assim relatados por Almada: “Quando o caso é duvidoso, e não há testemunhas, usam de dois juramentos horrendos, e tomam o autor e réu. A um chamam o do ferro, e o outro o da água. Tenho os ambos por muito dificultosos. O do ferro toma-se por esta maneira. Trazem ali um ferreiro ou o vão tomar a sua casa, e este põe um pedaço de ferro ao fogo, e tange os foles até que se faça o ferro tão vermelho como uma brasa. Diz a parte que há-de tomar o juramento: ‘Deus sabe a verdade; se eu fiz tal cousa ou tal, que se ma impõe, este ferro me queime, e a minha língua, de maneira que jamais fale’. Acabando de dizer estas palavras, mete-lhe o ferreiro com uma tenas o ferro na mão, lançando de si mil faíscas, e a parte que disse as palavras toma a tenas com as mãos, e com a língua lambe aquele ferro vermelho três vezes e, ficando livre, ele e os seus padrinhos escaramuçam, e

melha<sup>180</sup>, a utilização de mortos como testemunhas<sup>181</sup> ou outras estranhas instituições como a presunção de prática de feitiçaria para quem caísse de palmeiras<sup>182</sup>. Qualquer deles estava muito longe de satisfazer qualquer critério racional de justiça. Havia, ademais, segundo a sua interpretação, evidências claras de manipulação grosseira dessas instituições para servir os interesses dos governantes locais<sup>183</sup>. A paródia de justiça era, assim, total, na avaliação de Almada.

A prática da guerra justa, outro dos títulos de escravatura legítima, suscita ao autor iguais reservas. Na sua avaliação a maior parte dos escravos era “furtada” através da violência injustificada<sup>184</sup> ou de

têm a sentença por si. E não ousando tomar esse julgamento ficam condenados. No da água põe-se uma panela grande cheia de água no fogo pela manhã, e tanto que começa a ferver, que está aquela água pulando e saltando para cima, botam-lhe dentro uma agulha ou uma pedrinha que vá ao fundo. A parte que há de tomar o juramento lava as mãos com água fria, e diz outras palavras [s]emelhantes às de cima, e mete a mão, e tira a agulha três vezes, e saindo livre sem se queimar tem o juízo por si, e queimando-se ficam condenados, e pagam ao vencedor; e muitos casos há por onde ficam escravos e toda a geração” (*Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. IV, pp. 44-45).

<sup>180</sup> “Os juízos desta terra dos Cassangas fazem-se como na Costa de que já tratámos, diante do Rei ou Senhor com alguns velhos que servem como desembargadores, e logo verbalmente dão as suas sentenças. As partes alegam suas razões e dão testemunhas sem dilação nenhuma e quando há dúvidas e a prova não é bastante, dá-se o Juramento, mas diferente do que se dá na Costa. Chama-se a este juramento o da água vermelha, que eles temem muito; a qual trazem, quando se dá, em uma panela, e a água em si é vermelha, com pisada de cortiça de alguma árvores desfeitas em água, ou que tenham sumo que baste para esse mister. E esta água dão às partes, e aquele que primeiro vomita fica livre. Muitos morreram tomando esta água (...). Parece que é esta água em si asquerosa; causa vômitos” (Ibid., cap. VIII, p. 69).

<sup>181</sup> Aponta o nosso autor que “(...) há outros negros, a que chamam Jacabozes, que falam com o morto e lhe fazem perguntas que diga quem o matou. E andando estes que o trazem às costas com aquela fúria de uma parte para a outra, se dão com alguma pessoa e estão quedos, dizem que essa o matou (...)” (Ibid., cap. VIII, pp. 69-70).

<sup>182</sup> “Há outra lei posta pelos Reis, que a pessoa que cair da palmeira e morrer hão por feitiçeiro; dão logo os oficiais de el-Rei em sua casa e lhe tomam tudo, até as mulheres, filhos e parentes, e os vendem; e como há nestas terras muitas palmeiras e os negros são amigos do vinho, andam continuamente por cima delas tirando a sura que bebem, e não deixam de caírem delas e morrerem alguns” (Ibid., cap. VIII, p. 70).

<sup>183</sup> Almada tenta demonstrar que esses mecanismos jurídicos era assim desenhados e manipulados para servir os interesses financeiros dos governantes. Em concreto aponta que “(...) Muitos morreram tomando esta água, e são aquelas pessoas que quer o Rei que morram se são ricas; e têm este ardid. Dá aviso a quem dá o juramento que não escapem de morrer tal pessoa ou tal. Traz este, que dá esta água, no dedo polegar uma peçonha muito fina que despacha em poucas áreas, e vai dando esta água primeiro àquelas que não querem que morram, por não terem que tomar e herdar delas por serem pobres. E indo dando, tanto que chega à pessoa que lhe têm dito o Rei que não escapem, as quais sempre ficam depois das outras tomarem, e, querendo dar-lhes a água, mete o dedo da peçonha dentro dela, e em metendo diz ao outro que a tome. E fica a água tão peçonhenta que morrem em poucas horas, e ficam homicídios e condenados em perdimento dos bens; e há casos por onde as gerações ficam cativas do Rei e se vendem” (Ibid., cap. VIII, p. 69).

<sup>184</sup> Referindo-se às práticas de um dos povos da Guiné diz: “os escravos que hão e vendem cativam em guerras e em juízos e furtos, porque os vão furtar de uma parte a outra; e são

ardis<sup>185</sup>, o que indiciava guerra injusta incapaz de legitimar a escravidão. Não sendo tão radical quanto outros que se recusaram a aceitar que pudesse haver guerras justas entre nações não-europeias<sup>186</sup>, Al-mada captou a utilização disseminada de subterfúgios em desconformidade com os pressupostos e requisitos da guerra justa enunciados séculos antes por Santo Tomás de Aquino, ou seja, “primeiro, a autoridade do príncipe pela ordem do qual a guerra deverá ser empreendida (...); segundo, uma causa justa é requerida: isto é, aqueles contra os quais a guerra é empreendida devem merecer que a guerra seja contra eles empreendida em razão de uma culpa (...); terceiro, requer-se que aqueles que façam a guerra tenham uma intenção correcta (...)”<sup>187</sup>.

grandes ladrões, e vendem muitos escravos; desta maneira defende-se que se não comprem escravos furtados a este negros. Viu-se na Guiné trazerem a vender alguns escravos; desta maneira defende-se que se não comprem escravos furtados a estes negros. Viu-se na Guiné trazerem a vender alguns escravos destes aos nossos, e eles por respeito de os defenderem os não compraram; e os que traziam e vinham vender, por não serem descobertos, os mataram em terra. Não sei se fora bom comprá-los, porque resultava disso receberem o baptismo e serem cristãos. Não me meto mais largo nesta matéria, porque são casos que não sei determinar” (Ibid., cap. V, p. 53).

<sup>185</sup> Aponta, num dos seus relatos, que “Neste rio andam almadias grandes em que andam muitos negros ladrões que pela língua da terra chamam Gampisas. São como bandoleiros; continuamente andam neste ofício; furtam escravos que trazem a vender aos navios e se os não comprem matam-nos para não serem descobertos. E têm por costume estes negros e todos os mais que vendem negros furtados, quando os vendem, dão-lhe de beber vinho comer alguma coisa que lhes dão à conta do mesmo negro que vendem, e dão-lhe o comer ou o beber, porque dizem que ficam descarregados da sua consciência, porque o mesmo vendido ajudou a comer o seu dinheiro. E são tão sagazes que se vêem algum bisonho do sertão, fingem que os querem agasalhar, e os recolhem em suas casas; e tendo-os nelas alguns dias lhe metem em cabeça que tem no mar amigos e os querem levar lá para que sejam conhecidos deles e para folgarem; e indo aos navios os vendem; e desta maneira enganam a muitos destes” (Ibid., cap. XII, p. 97).

<sup>186</sup> Por exemplo, os autores desconhecidos da ‘Proposta a Sua Magestade; sobre a Escravaria das terras de Conquista de Portugal [Século XVI? Século XVII?], p. 850, fazem essa associação: “(...) sabido he que geralmente os Reys e *senhores* particulares de toda a Conquista, como quer *que* são infiéis, e bárbaros, não se mouem por razão a fazer a guerra, senão por paixão, nem examinão, nem põem em consulta o direito que têm d as fazer, e assy as mais das suas guerras, são guerras injustas feitas por mera cobiça, e ambição e outraz cauzas injustas”, argumento de resto comum entre os autores hispânicos que trataram da questão como Tomás de Mercado, *Suma de Tratos y Contratos* [1571] p. 232 (“Al primer título de guerra justa se mezcla ser muchas o casi todas injustas. Como son bárbaros, no se mueven por razón, sino por pasión, ni examinan ni ponen en consulta el derecho que tienen. Demás de esto, como los portugueses y castellanos dan tanto por un negro sin que haya guerra, andan a caza unos de otros como si fuesen venados, movidos los mismos etíopes particulares del interés, y se hacen guerra y tienen por granjería el cautivarse y se cazan en el monte, donde van a montería, que es un ejercicio comunísimo entre ellos, o a cortar leña para sus chozas”).

<sup>187</sup> V. Thomae Aquinatis, *Secunda Secundae Summa Sacrossanta Theologiae*, Lugduni, Apud Haeredes Iacobi Iunctae, MDLXVII, q. 40, Articulus I (Utrum belare fit semper peccatum?):



Parece, ademais, intuir e destacar que, primeiro, em muitos casos, a disseminação de guerras para a captura de escravos, não sendo criação exclusiva dos lusitanos, era incentivada pela possibilidade de venda aos portugueses e outros europeus<sup>188</sup>, o que contribuía ainda mais para reduzir a idoneidade dos cativeiros e aquisições feitas pelos mercadores na Costa e Rios da Guiné; e, segundo, que as instituições com atribuição de aprovar o lançamento de guerras que identifica em certas nações não eram propriamente destinadas a garantir o adensamento dos mecanismos de controlo, pelo menos no sentido desenvolvido pelos teóricos da Guerra Justa desde o período medieval<sup>189</sup> ou pelas instituições israelitas<sup>190</sup> ou romanas antigas<sup>191</sup>. Se não recusa que pudesse haver guerras justas entre nações não-europeias, o facto é que a conclusão de Almada, após analisar aturadamente as

“Respondeo dicendum, quod ad hoc, quod aliquod bellum fit iustum, tria requiruntur: Primo quidem auctoritas principis cuius mandato bellum est gerendum (...). Secundum requiritur causa iusta, ut scilicet illi, qui impugnantur propter aliquam culpam, impugnationem mereantur. (...) Tertio requiritur ut fit intentio bellandi recta (...)”(pp. 239-240).

<sup>188</sup> Duas passagens são exemplificativas: “(...) Não têm trato de escravos por não terem comércio com os nossos, e sem embargo disso alguns se vendem, não por eles, senão pelos que confinam com eles, que os cativam nas guerras; porque os Mandingas do Rio da Gâmbia dão que fazer a estes, e os desinquietam, armando almadias de guerra mui formosas, e botando pelo Rio da Gâmbia fora correndo a Costa do Cabo de Santa Maria para baixo, porque os tomavam em magotes juntos, ao longo das praias ou riachos, em companhias, comendo peixe ou ostras. E cativando uma quadrilha a outra não fugia nem se defendia; o uso disto os fez já terem melhor conhecimento, porque pelejam e se defendem e matam e cativam os inimigos” (André Alvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. VII, p. 63), ou “Não têm comércio nenhum connosco. Correm ao longo da Barra de S. Domingos, gente bravia, muitos bons pilotos naquela barra, onde andam contínuos nas suas almadias. Entrando por ela alguns navios nossos, não indo pelo canal bem navegados, estão à mira; se acertam de darem em seco os vem acometer, e de noite, a cortar-lhe as amarras para que dêem à costa. Perdendo-se alguns navios, todos os nossos que cativavam matavam, sem os quererem vender nem resgatar. Estes negros entendem-se com os Buramos, em cuja terra habitam os nossos, e por meio destes vão já resgatando os que tomam; já os não matam; e vão comprar a estes que cativam à própria terra destes negros; e se correrem com eles vir-se-ão a amansar de todo, e haverá grande trato, porque nela há muitas vacas e acudirão muitos escravos” (Ibid., cap. VII, p. 65).

<sup>189</sup> Seguir Maurice Keen, *The Laws of War in the Late Middle Ages*, London/Toronto, Routledge & Kegan/Toronto University Press, 1965; Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 1977 (pb).

<sup>190</sup> Por todos, Alexander Rofé, “The Laws of Warfare in the Book of Deuteronomy: Their Origins, Intent and Positivity”, *Journal for the Study of the Old Testament*, v. 32, n. 1, 1985, pp. 23-44; Michael Walzer, “War and Peace in the Jewish Tradition” in: Terry Nardin (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1996, pp. 95-114; Aviezer Ravitsky, “Prohibited Wars in the Jewish Tradition” in: Ibid., pp. 115-127.

<sup>191</sup> Por todos, William V. Harris, *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, Oxford, UK, Clarendon Press, 1979, *passim*; Alan Watson, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, Baltimore/London, The John Hopkins University Press, 1993.

práticas das nações que compunham o espaço de resgates dos moradores de Santiago que tenta descrever, não é substancialmente muito diferente daqueles que adoptaram essa posição.

Por fim, a apresentação dos costumes e hábitos dos Manes da Serra Leoa<sup>192</sup> permitem ao nosso autor discutir mais uma questão, a justificação da escravatura como acto humanitário destinado a evitar a prática de atrocidades e crimes contra o Direito Natural, que se vai mostrar determinante na América Portuguesa<sup>193</sup>. Assim, para evitar que os prisioneiros de guerra fossem dizimados ou supliciados em cerimónias antropófagas, poderia ser justificado, a seu pedido, o resgate dos seus corpos atendendo que as restrições à sua liberdade e os bens espirituais que dali surgiriam suplantariam em muito a morte às mãos dos seus captores africanos<sup>194</sup>. No entanto, esta solução que, para muitos, correspondia à única acção correcta nessas circunstâncias, provoca alguma hesitação ao capitão santiaguense. No fundo, intuía que aceitar tais efeitos teria o condão de promover o recurso a cativações ilícitas garantido que ficava um mecanismo de convalidação de qualquer acto de escravização fosse originariamente lícito ou não.

<sup>192</sup> André Álvares d'Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. XVI e ss.

<sup>193</sup> Note-se que a legislação sobre a escravatura indígena na América Portuguesa, não obstante as suas oscilações, também previu os resgates humanitários dos chamados índios da corda como título de escravatura; v. 'Lei que S.M. passou sobre os Índios do Brasil que não podem ser captivos e declara os que o podem ser [24 de Fevereiro de 1587]' Reproduzida in: Georg Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, Anexos, doc. 3, pp. 222-224: "Ey por bem que nas ditas partes do brasil não ajã Indio algum cativo e todos seyaõ livres e como taes seyaõ tratados excepto os que forem cativos em alguã guerra Justa que per meu mandado ou do dito meu governador se fizesse or for conprado para não ser comido dos outros Índios não se podendo doutra maneira salvar da cruz desumana com que se comem huns aos outros" (Ibid., p. 223).

<sup>194</sup> Cf. um comentário feito sobre os cativos dos Manes: "Verem isto os que o viram foi o maior espectáculo que se podia ver. Porque este campo, onde não traziam mantimentos mais que para os Manes, porque os mais soldados não deixavam de comer os mantimentos de arroz e milho, mas a carne era humana, e assim havia açougues de pessoas como de animais; tanto que faltava que comer os traziam e matavam como se fossem vacas ou carneiros. Vendiam os Manes alguns por pouco preço, e quando os vendiam se os nossos recusavam, diziam eles que lhes não dava nada, porque se os não comprassem os comeriam. Os mesmos cativos apegavam dos nossos, rogando e pedindo por amor de Deus os comprassem" (André Álvares d'Almada, *Tratado breve dos rios da Guiné e Cabo Verde*, Cap. XVI, p. 119).

Face às dúvidas suscitadas sobre a correcção da utilização dos títulos jurídicos da escravatura e sobre a legitimidade concreta de muitos cativeiros a reacção de Almada é interessante, remetendo a uma solução peculiar para o problema do cepticismo por eles gerado. Não segue os proto-abolicionistas que, em face da dúvida sobre a legitimidade dos cativeiros e de alguns dos seus fundamentos, advogaram a sua proibição total<sup>195</sup>. Antes, como seria quase natural em função do contexto, tentou posicionar-se à medida das suas limitações e interesses comunitários e individuais. Considerando-se inábil, em função de ausência de capacidade pessoal, para ajuizar, jurídica ou moralmente<sup>196</sup>, esses *hard cases*, aceita o *status quo*. Afinal, se a Coroa conhecendo os meandros que rodeavam a cativação de africanos não tinha proibido o triste tráfico através dos seus actos normativos, se os letrados, juristas e teólogos não se entendiam sobre a sua legitimidade, se os funcionários régios não se importavam ao ponto de verificar ou de questionar as circunstâncias dos apresamentos, não seria um mero prático e capitão ilhéu a fazê-lo.

É, deste modo, a solução para os problemas detectados que pode ser objecto de maior perplexidade, sem que, no entanto, dela resulte nenhuma fórmula que não tenha já sido usada ou fosse de se esperar em face das limitações e interesses de Almada, do seu burgo ou do seu Reino relativamente ao triste tráfico de escravos. Adopta, por isso, uma postura de acomodação, aceitando, malgrado os problemas que observa e equaciona, o resgate de africanos, expendendo a justificação de que ou os mercadores seriam meros compradores de boa

<sup>195</sup> É o caso dos autores da ‘Proposta a Sua Magestade; sobre a Escravaria das terras de Conquista de Portugal [Século XVI? Século XVII?]', p. 853, “(...) porque a experiência tem mostrado que ainda estas leis forão em muita parte proueitasas, todauia não foram bastantes por razão das exeições que ajuntão, conuem *que* se faça algua ley absoluta, e sem exeição como a da Conquista de Castela, tirando somente o que tocca a Mouros e Turcos (...)”.

<sup>196</sup> Conforme sustenta no excerto supramencionado, “(...) não me meto mais mais largo nesta matéria, porque são casos que não sei determinar” (André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], cap. V, p. 53).

fé<sup>197</sup> a quem não se podia exigir mais<sup>198</sup>, até porque se tratava de assunto que os letrados não haviam adoptado uma posição comum, ou, como, aliás, viria a ser usado em Cabo Verde<sup>199</sup> e noutras paragens do império ultramarino português<sup>200</sup>, essas aquisições eram legítimas e úteis para evitar um mal físico maior (a morte)<sup>201</sup> ou promover um bem espiritual mais elevado (o baptismo e a salvação)<sup>202</sup>.

<sup>197</sup> O argumento seria reproduzido pelo jesuíta Luís Brandão, colocado em “Loanda”, ao responder deste modo ao conhecido Padre Alonso de Sandoval (“Como los mercaderes que lleuã estos negros los lleuan com buena fee, muy bien pueden comprar a tales mercaderes sin escrupulo ninguno, y ellos los pueden vender: porque es comum opinion, que el poseedor de la cosa com buena fee, la puede vender, y se le puede comprar“(…) quando alguien podia escusar de tener escrupulos, son los moradores de estas partes. (...). Por lo qual mas escrupulo podemos tener los que acá estamos, que compramos estos negros a otros negros, y a personas que por ventura los hurtaran. Mas los mercaderes que los llevan fuera de aqui, no saben desto, y assi com buena conciencia los venden” (p. 442) [‘Carta do Padre Luís Brandão, S.J., ao Padre Alonso de Sandoval, S.J.[ 21 de Agosto de 1611]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. IV, pp. 442-443)).

<sup>198</sup> Uma perspectiva que teve opositores do calibre de Fernando Oliveira, *Arte da Guerra no Mar* [1555], Lisboa, Edições 70, 2008: “Não he nesta parte boa escusa dizer, que elles se vendem huns a outros que não deixa de ter culpa que compra o mal vendido e as leys humanas desta terra e doutras e cõdenão, porque se não ouuese compradores não haueria maos vendedores, nem os ladrões furtarião pera vender. Assi que nos lhe damos occasiam pera se enganarem huns a outros e se rouberem, e forçarem e venderem, poylos imos comprar o que não fariam se lá não fossemos a isso, nem jamais o fezerã/senã depois que os nos a ysso induzimos (...)” (Ibid., p. 24).

<sup>199</sup> Muito embora com fundamentos muito mais elaborados, a solução de Almada será recuperada em parte pelo líder da missão inaciana local no início do Século XVII, o Padre Baltasar Barreira (“(…) não veuo como este trato se possa fazer sem escrúpulo de consciência, se isto ou as resões que no principio aponteí o não fizerem licito. E quanto aos escrauos que ategora se tirarão destas partes, visto ser duuidosa a justiça do título com que os catiuarão e que *in dubio melior est conditio possidentis*, parece que se não deue bulir nada”[‘Dos escravos que saem de Cabo Verde [1 de Agosto de 1606]’, p. 198])).

<sup>200</sup> No Brasil, Manoel Ribeiro da Rocha, *Ethiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado. Discurso Theologico-Juridico em que se propõem o modo de comerciar, de haver, e possuir validamente, quanto a hum, e outro foro, os Pretos cativos Africanos, e as principaes obrigações, que correm a quem deles se servir*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758, Parte II, para. 6, pp. 70-71, apontava que tal negócio seria “também positivamente pio, e catholico; em razão de que esses miseraveis gentios trazidos a terras de Christandade, recebem a Santa Fé, e o Sagrado Bautismo, com o que se livraão da infame escravidão do demónio, e pelo tempo adiante podem satisfazer, ou com os próprios serviços extinguir a causa, ou direito da retenção em que ficaão; vindo assim a livrar-se completamente da injusta, e violenta escravidão, a que barbaramente os reduzirão os seus próprios nacionaes”.

<sup>201</sup> André Álvares d’Almada, *Tratado breve dos Rios da Guiné e Cabo Verde* [1594], Cap.V, p. 53 (“Viu-se na Guiné trazerem a vender alguns escravos destes aos nosso, e eles por respeito de os defenderem os não compraram; e os que traziam e vinham vender, por não serem descobertos, os mataram em terra”).

<sup>202</sup> Continua: (“(…) Não sei se fora bom comprá-los, porque resultava disso receberem o baptismo e serem cristãos”)) (Ibid.).

Apesar da margem de manipulação que tal argumentação pode permitir, o facto é que, em face de uma questão moral difícil, não se pode desconsiderar que Almada e vários outros tentaram dar a resposta que podiam e era expectável no quadro escravista da sociedade cabo-verdiana e do espaço da Costa da Guiné dos Séculos XVI e XVII. Se pode ser verdade que a maior parte dos moradores não questionava ou se preocupava com críticas aos fundamentos e procedimentos do comércio de escravos<sup>203</sup>, não se pode excluir a forte possibilidade de membros da elite santiaguense com conexões com Lisboa e Madrid como Almada soubessem que a questão era objecto de algum questionamento teológico, moral e jurídico, e que tudo isto tenham absorvido nos seus debates e opções estratégicos<sup>204</sup>. Assim, pôr de parte a possibilidade da resposta de Almada manifestar, para além de uma genuína preocupação com a escassez da presença dos títulos jurídicos da escravatura no contexto oeste-africano, uma resposta fortemente comunitária ao problema do tráfico, justificando-o, tendo em vista os interesses locais<sup>205</sup>, como inevitável à luz da ausência de consenso entre os intelectuais, da tolerância da Coroa e dos bens que incontornavelmente julgava resultar do baptismo dos escravos capturados, não seria muito prudente.

Para um indivíduo na posição de Almada já era um grande passo questionar aspectos da escravatura, de mostrar escrúpulos deontológicos relativamente à sua própria profissão e a um comércio que

<sup>203</sup> Para o Padre Baltasar Barreira, ‘Dos escravos que saem de Cabo Verde [1 de Agosto de 1606]’, p. 190, “O que em geral se pode diser por parte dos negros que neste Guiné, chamado Cabo Verde, se vendem e compram, hé que nenhum exame se faz sobre o titulo do seu cativo, nem há quem pergunte por ele”, uma afirmação cuja veracidade geral não se pode questionar, mas cuja taxatividade é por demais exagerada.

<sup>204</sup> A ‘Proposta a Sua Magestade; sobre a Escravaria das terras de Conquista de Portugal [Século XVI?/Século XVII?]’, pp. 849-850), apoiada em fonte local não identificada chama a atenção para este aspecto e para os argumentos utilizados: “De modo que de cada mil Escrauos que por esta uia se grangeão escaçamente a decima *parte* serão justamente catiuos, como he couza notoria; e affirmada por todo homem temente a *Deos* que naquellas partes rezide, ou rezidio. Nem os mesmos mercadores negão ajuntarem se estes escrauos pellos modos já ditos, mas disculpão se *dizendo* que os trazem *para* os fazer Christãos, e onde andem uestidos, e tinham milhor de comer, (...)”.

<sup>205</sup> Em termos muito próximos, o Padre Barreira viria a considerar que “A experiencia me tem mostrado que nem na Ilha nem cá podemos uiuer sem escrauos (...)” (‘Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal [5 de Março de 1607]’, pp. 227-228).

era a base da existência da sua comunidade política<sup>206</sup>. Sendo assim, esperar que mostrasse muito antes do tempo posições tipicamente abolicionistas seria desconhecimento completo da realidade histórica e dos problemas concretos que os actores políticos e intelectuais tinham que enfrentar naquela época, bem como da complexa posição em que Almada enquanto pessoa se encontrava. O máximo que provavelmente se podia esperar era que demonstrasse reticências em relação à aplicação dos títulos jurídicos da escravatura no contexto oeste-africano, ainda que sem colocar em causa a actividade em si. Fê-lo de modo globalmente consistente, apontando os vários desvios entre o juridicamente prescrito e o efectivamente praticado.

### **Considerações finais**

Almada, apesar de ser um indivíduo evidentemente educado, provavelmente não teve acesso aos grandes tratados políticos, jurídicos ou morais sobre a guerra justa e os seus efeitos sobre a liberdade dos vencidos, mas partia evidentemente de determinadas noções partilhadas, de cariz mais prático, a respeito destas questões, as quais não deixava de tentar aplicar, sem nunca as mencionar explicitamente em termos jurídicos. Sendo assim, conhecia, pelo menos na sua visão mais popularizada, os títulos que legitimavam o cativeiro de um ser humano. Por conseguinte, experimentado operador do comércio negreiro na Costa da Guiné, tinha consciência de que a prática das cativações, em boa parte dos casos, não encontrava qualquer correspondência com o regime jurídico da escravatura. Dava a entender que em alguns casos ele próprio rejeitaria a compra de escravos obtidos de forma ilícita, mas estava disposto a aceitar que a sua incapacidade técnica e moral para decidir os casos mais difíceis, a graça da cristianização e o efeito da salvação da alma<sup>207</sup> ou o medo da morte

<sup>206</sup> Em termos até mais relevantes daqueles que Jörg Alejandro Tellkamp, “Eslavitud y ética comercial en el siglo XVI”, pp. 135-148, utiliza para descrever as posições de Mercado e Albornoz, já que, ao passo que estes abordavam criticamente as práticas do ‘tracto’ negreiro a partir de uma posição académica, Almada fazia-o na pele de alguém que tinha interesses pessoais e comunitários concretos na sua permanência.

<sup>207</sup> Foi precisamente a constatação de que os argumentos religioso-humanitários eram apenas parte de um elaborado esquema ideológico de justificação da instituição “servil”, já que as

poderiam, na maior parte dos casos suspeitos, tornar aceitáveis os cativeiros<sup>208</sup>.

Não sendo, pois, uma obra que retrate de forma clara a perspectiva sobre a compatibilidade entre a realidade da guerra na Guiné e a justiça dos cativeiros num tom jurídico, o facto é que o *Tratado* de Almada, dá-nos uma visão contextualizadora sobre a questão, com a grande vantagem de representar não a visão de um académico ou de um religioso, mas de um indivíduo envolvido profissionalmente com os resgates da Guiné.

---

leis que obrigavam ao baptismo eram, regra geral, ignoradas, senão opostas explicitamente pelas autoridades régias e locais, que importantes personagens mostravam a sua insatisfação e sugeriram a sua proibição. Cf. ‘Carta do bispo de Cabo Verde, D. Frei Vitoriano Portuense, de 13 de Julho de 1700, ao rei D. Pedro II, apresentando algumas queixas’, p. 232: “(...) sendo este contrato dos escravos tão escrupuloso, como trazem os Doutores que falam nele, e conhecendo eu por experiência a injustiça manifesta das guerras dos Gentios da Guiné, se o refúgio que há neste particular (ainda que não seguro) é o dizerem que são tirados estes gentios para a luz da Igreja, como se não dará Deus nosso Senhor por ofendido, se só tratarmos de os andar transportando, atendendo unicamente ao aumento da riqueza temporal e não a espiritual das almas!”.

<sup>208</sup> Chega a esta mesma conclusão Maria do Rosário Pimentel, “Cativar e descativar por serviço a Deus” in: Maria da Graça Ventura (org.). *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 273-284.

